



# **Amazônia: Lutas comunitárias diante de velhas e novas ameaças**

**Boletim do WRM 269**

**Fevereiro 2024**

[Acesse o Boletim no site do WRM](#)

[ASSINE O BOLETIM](#)

## Índice

NOSSA OPINIÃO. A Cúpula da Amazônia: Extrativismo e violência em nome da “bioeconomia” e da “sustentabilidade”.....	3
Como diferentes formas de extrativismo “verde” estão causando a destruição da Floresta Amazônica.....	6
A luta pela terra na Amazônia brasileira contra empresas de dendê e mineradoras..	13
Incêndios e agronegócio, motores do desmatamento na Amazônia boliviana.....	20
Peru: Resistência e organização comunitária para a defesa da floresta.....	26
Yasuní: os alcances de uma vitória.....	32
Colômbia: A “transição energética” põe em risco o noroeste da bacia amazônica....	35
As contradições da conservação: O território do povo Ka’apor, na Amazônia brasileira.....	40
RECOMENDADOS.....	45
Povos Indígenas Isolados no Peru: Como o FSC está aplicando o manual das grandes empresas de petróleo	
Brasil: a Articulação Agro é Fogo divulga dossiê	
Vozes indígenas da Amazônia	

## NOSSA OPINIÃO

# A Cúpula da Amazônia: Extrativismo e violência em nome da “bioeconomia” e da “sustentabilidade”

**Com o argumento do “desenvolvimento sustentável”, os governos da região Amazônica continuam incentivando o extrativismo. Diante disso, a líder indígena Alessandra Munduruku desabafa: “Precisa da demarcação dos territórios indígenas. Já chega de falar de bioeconomia, de sustentabilidade, se tem uma violência aqui nesse momento”**

Nos dias 8 e 9 de agosto de 2023, a cidade brasileira de Belém foi palco da Cúpula da Amazônia, um encontro inusitado que reuniu os presidentes de Brasil, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Venezuela, Guiana e Suriname para discutir as questões da região. Na pauta, entre outros temas, um dos principais motivos do encontro: o desafio urgente de combater o desmatamento.

A Cúpula resultou na Declaração de Belém, na qual os presidentes sugerem duas linhas de ação. A primeira é promover o “desenvolvimento sustentável”; a segunda, a “proteção integral” ou a “preservação” da Amazônia, com a meta de “desmatamento zero” até 2030. Numa das frases dessa Declaração, os presidentes afirmam que pretendem “combater o desmatamento” e, ao mesmo tempo, “erradicar e interromper o avanço das atividades de extração *ilegal* de recursos naturais” [grifo nosso].

Seguindo esse raciocínio, a Declaração parece sugerir que não haveria problemas se as empresas e outros atores por trás do extrativismo da mineração, do petróleo, da madeira e do agronegócio, bem como as grandes hidrelétricas, estradas, ferrovias e portos de que o modelo extrativo necessita, atuassem legalmente, com suas licenças em dia.

Ora, a realidade da Amazônia tem mostrado exatamente o oposto. Os setores citados, ligados ao modelo do extrativismo industrial, são causas notórias do desmatamento. Quando praticadas de forma ilegal, apenas tendem a aumentar seus impactos destrutivos e violentos. A Declaração de Belém, por sua vez, nem menciona essas causas, muito menos analisa seus graves impactos nos territórios de povos indígenas, ribeirinhos, comunidades tradicionais e camponesas.

A dura realidade é que os governos da região Amazônica, em nome do “desenvolvimento sustentável”, continuam incentivando o extrativismo e, em função disso, não admitem se comprometer com medidas estruturais que rompem com o modelo extrativo, como parar a extração de petróleo na Amazônia, proposta por um dos presidentes que participaram da reunião. Por isso, o próprio conceito de “desenvolvimento sustentável” tornou-se uma causa subjacente, indireta, do desmatamento. Significa que, quando os presidentes apelam, na Declaração de Belém, por mais “desenvolvimento sustentável”, na prática, também fazem um apelo por mais desmatamento.

Hoje em dia, é difícil achar um setor destrutivo na Amazônia que não se autodenomine “sustentável”: o manejo “sustentável”, a soja “sustentável”, o dendê “sustentável”, a mineração “sustentável”, tudo virou “sustentável”. Os setores também usam outros artifícios, como os “selos de qualidade” de certificações voluntárias de “sustentabilidade”.

## **Diálogos Amazônicos e a bioeconomia**

Nos dias anteriores à Cúpula, milhares de pessoas, incluindo muitos indígenas, se reuniram em Belém em um evento chamado “Diálogos Amazônicos”, iniciativa do próprio governo brasileiro com a qual afirmou querer incentivar a participação da sociedade civil na Cúpula. No entanto, o conteúdo das propostas e reflexões que foram entregues em cartas não foi incluído na declaração final.

Ao mesmo tempo, o que chamou a atenção nesses “Diálogos” foi a forte presença de grandes ONGs preservacionistas que costumam usar esses espaços para enfatizar conceitos e novas narrativas. Em Belém, falaram muito em “bioeconomia” e na ideia de promover a “floresta viva”, em referência à própria Amazônia.

“Floresta viva” é uma expressão que parece bonita, mas também soa esquisita. Afinal, qual é a floresta que não estaria viva? Lembra outro termo que essas mesmas ONGs têm propagado: floresta em pé. “Floresta em pé? Eu nunca vi uma floresta deitada”, disse certa vez uma liderança comunitária, ao ouvir falar desse termo.

A “floresta em pé” simboliza bem a visão que os promotores da bioeconomia – grandes transnacionais responsáveis pela destruição da Amazônia, bem como grandes ONGs preservacionistas – têm da floresta: uma oportunidade de novos negócios, como a venda de créditos de carbono que beneficiam empresas poluidoras, agora “neutras” em carbono, ao mesmo tempo em que batizam seus “velhos” negócios extrativos como parte da “economia verde”, produzindo “biocombustíveis” e expandindo a mineração para a “transição verde” da economia.

Os promotores da bioeconomia buscam se aliar a governos e grandes organizações de povos indígenas e populações tradicionais. Fazem convites para eventos a portas fechadas e com poucos participantes. Por exemplo, em janeiro de 2023, o governador do estado do Pará, Helder Barbalho, esteve no Fórum Econômico Mundial de Davos, apresentando o “Plano de Bioeconomia” de seu estado às elites do capital mundial – um plano, aliás, elaborado pela ONG preservacionista TNC (1). Em junho, houve a “Conferência Pan-Amazônica pela Bioeconomia” no Rio de Janeiro, com participação, dentre outros, do Earth Fund (Fundo da Terra) do bilionário Jeff Bezos, do Banco Mundial, da WWF e também da organização indígena regional amazônica, a COICA (2). Em agosto, houve a “Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias”, apoiada, entre outros, pelo governo do estado do Pará e a VALE (3), uma das maiores mineradoras do mundo, responsável também por um dos mais graves crimes ambientais da história do Brasil, em Brumadinho e Mariana, Minas Gerais.

Apesar de não usar a palavra “bioeconomia”, a Declaração de Belém sintetiza perfeitamente a

ideia que os promotores dessa ideia buscam impor: mais “desenvolvimento sustentável” com mais “preservação” e sempre visando novas oportunidades de negócios.

### **“Já chega de falar de bioeconomia”**

A Declaração de Belém também fala em “garantir os direitos dos povos indígenas, comunidades locais e tradicionais, incluindo o direito aos territórios e terras habitadas pelos referidos povos, sua posse plena e efetiva”. Mas os próprios acontecimentos em torno da Cúpula logo colocaram essa promessa em cheque.

Na véspera da Cúpula, no município de Tomé-Açu, a 200 km de Belém, quatro indígenas Tembé foram baleados durante dois confrontos com seguranças da empresa Brasil Biofuels (BBF). Os Tembé lutam para que o governo brasileiro demarque seu território, tomado pela BBF, uma empresa que, com todo o apoio do Estado, planta e expande a monocultura com o objetivo de produzir azeite de dendê e biocombustível para a bioeconomia ([veja artigo neste boletim](#)).

Uma das participantes dos “Diálogos Amazônicos”, a líder Alessandra Munduruku, de um Povo que luta há anos pela demarcação de seu território, desabafou: “A gente tem que parar com essa violência urgentemente. Precisa da demarcação dos territórios indígenas. Já chega de falar de bioeconomia, de sustentabilidade, se tem uma violência aqui nesse momento”. (4)

O Plano de Ação para as Florestas Tropicais (TFAP) do Banco Mundial e da FAO, de 1986, era parecido com a Declaração de Belém de 2023, propondo ações para promover o “desenvolvimento” com a “proteção” da floresta. Vale lembrar que o TFAP foi um fracasso, e resultou em mais destruição florestal e mais problemas para as comunidades que dependem da floresta e que foram injustamente responsabilizadas pelo desmatamento. Quarenta anos depois do fracassado Plano do Banco Mundial e seus aliados, a história se repete, indicando que, para os povos indígenas e as populações tradicionais na Amazônia, não resta opção além de que continuar fortalecendo cada vez mais sua articulação, sua integração e suas lutas de resistência.

(1) Boletim WRM, [REDD e Economia Verde agravam opressão e desmatamento no Pará](#), Brasil, julho 2023.

(2) [Conferência Pan-Amazônica pela Bioeconomia reúne líderes e especialistas para debater formas de impulsar a bioeconomia na Amazônia](#), June 2019.

(3) [Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias; Pará e mineração valorizam bioeconomia para promover desenvolvimento sustentável da Amazônia](#)

(4) [Na véspera da Cúpula da Amazônia, duas mulheres e um homem do povo Tembé são baleados no Pará](#).

## Como diferentes formas de extrativismo “verde” estão causando a destruição da Floresta Amazônica

**A região amazônica é uma das últimas fronteiras de resistência à expansão do capital. Isso é sintetizado pelas lutas de ativistas sociais como Chico Mendes e pela presença da maioria dos povos indígenas que ainda estão em isolamento voluntário no planeta. No entanto, diferentes formas de extrativismo “verde” estão avançando cada vez mais sobre esse território.**

Mesmo distante, a Amazônia exerce um fascínio na imaginação das pessoas. Afinal, a região abriga, de longe, a maior floresta tropical e o maior rio do planeta, e abrange oito países, além do território da Guiana Francesa, ocupado pela França. Os afluentes do rio Amazonas atravessam vários países, incluindo os rios Madeira e Tapajós no Brasil, o Madre de Dios no Peru, o Guainia na Colômbia e o Beni na Bolívia. Cerca de 385 grupos de Povos Indígenas habitam a região, bem como a maioria dos povos indígenas em isolamento, que rejeitam o contato com o mundo exterior.

Muitos livros e ilustrações já documentaram a grandeza e a diversidade das espécies da Amazônia. E, nos últimos anos, imagens maravilhosas da região também têm sido apresentadas na propaganda de empresas transnacionais – principalmente do Norte global – em uma tentativa de mostrar preocupação com a floresta Amazônica. No entanto, por trás desses vistosos materiais se escondem diferentes formas de extrativismo “verde”, que estão causando a atual destruição da floresta Amazônica.

### **Desmatamento e degradação florestal na Amazônia**

Mais da metade do desmatamento em grande escala na Amazônia é causado por três atividades específicas, que costumam ocorrer em conjunto: **extração de madeira, pecuária e agronegócio**. Isso explica por que o Brasil e a Bolívia, onde se concentra a maior parte dessas atividades, apresentam as mais elevadas taxas de desmatamento – não apenas em nível regional, mas também mundial. Enquanto isso, a degradação florestal – um fenômeno causado, entre outras coisas, pela exploração madeireira e por períodos de seca intensa – recebe muito menos atenção do que o desmatamento, apesar de afetar negativamente uma área muito maior do que o desmatamento em grande escala. Segundo estudo publicado em 2023, cerca de 38% da floresta remanescente na Amazônia é afetada pela degradação (1).

O desmatamento avança mais durante a estação seca, com a ajuda de milhares de incêndios florestais, que não são apenas acidentes ambientais que acontecem por acaso. No Brasil, por exemplo – onde estão localizados 60% da floresta amazônica – os incêndios florestais são, antes de tudo, ferramentas políticas que facilitam a apropriação de terras públicas por grandes fazendeiros, criadores de gado e empresas do agronegócio. Depois de derrubar a floresta, são construídas estradas para extrair a madeira valiosa e levá-la aos mercados nacionais e internacionais. Isso permite que os criadores de gado tenham acesso à área e ateiem fogo à terra

para plantar pasto. Depois que o gado pasta até esgotar o solo, a terra costuma ser usada para grandes monoculturas de soja. O mesmo padrão ocorre na Bolívia.

Ao longo desse processo de desmatamento e uso de terras como pastagem para o gado e/ou produção de soja, os títulos de terra (muitas vezes forjados) dão uma aparência legal a um processo claramente ilegal. As pessoas que habitam essas áreas – incluindo comunidades indígenas, tradicionais e/ou ribeirinhas – costumam enfrentar expulsões violentas das suas terras, enquanto observam o desmatamento destruir seus meios de subsistência. De acordo com a Global Witness, em 2022, “um em cada cinco assassinatos de ativistas em todo o mundo ocorreu na Floresta Amazônica”, onde “a violência, a tortura e as ameaças são uma realidade vivenciada pelas comunidades de toda a região” (2). E o agronegócio e as transnacionais de carnes são os que mais lucram com esse processo (3).

Desde que as potências coloniais invadiram a região, a **extração destrutiva da madeira** tropical valiosa tem sido um dos principais impulsionadores do desmatamento e da degradação florestal. No passado, essa madeira decorava os palácios, igrejas e mansões das elites coloniais na Europa, mas hoje decora os carros e barcos luxuosos das elites empresariais naquele continente e em outros lugares. A exploração madeireira “verde” foi introduzida na década de 1990 sob o nome de “Manejo Florestal Sustentável” (MFS). Mas a experiência das comunidades que dependem da floresta mostrou que a extração de madeira em escala industrial, não importando a forma como é praticada, é inerentemente destrutiva para os meios de subsistência delas e para a floresta. Apesar de toda a propaganda em torno da madeira “verde”, a maior parte da exploração continua sendo ilegal. O MFS é fundamental, porque pode dar à madeira extraída irregularmente uma aparência legal ao misturá-la com madeira regular (4). Nos últimos anos, a extração de madeira balsa tornou-se uma nova tendência. Devido à sua forte resistência, é usada para a produção de turbinas eólicas na China. Essa exploração para apoiar a chamada “transição verde” da economia capitalista levou a outra onda de destruição na Amazônia Equatoriana (5).

Depois que uma floresta é derrubada por sua valiosa madeira, a **pecuária** geralmente é a primeira atividade introduzida na região amazônica. Embora outros países com enormes áreas de floresta tropical, como a República Democrática do Congo ou a Indonésia, enfrentem grande parte das mesmas causas de desmatamento que a Amazônia – como extração de madeira e mineração – a pecuária não é um fator principal nesses locais. Na Amazônia, contudo, ela certamente é uma das maiores causas diretas do desmatamento – principalmente no Brasil, na Bolívia, no Peru e na Colômbia. A pecuária não só é uma atividade lucrativa para os grandes proprietários de terras; muitas vezes, é a única oportunidade que os pequenos agricultores têm, de modo que eles também a praticam, seja como participantes em esquemas estatais de colonização ou como migrantes que apenas tentam sobreviver. Esses pequenos agricultores, em particular, são responsabilizados pelo desmatamento nos muitos relatórios oficiais produzidos por governos, empresas de consultoria, bancos e ONGs conservacionistas sobre o “problema do desmatamento” na Amazônia. Enquanto isso, os grandes criadores de gado e seus investidores, que são responsáveis pela maior parte do desmatamento em grande escala, costumam ser elogiados pelas suas iniciativas “verdes” que supostamente estão contendo o desmatamento. No entanto, por trás da sua propaganda, continuam com essa atividade inerentemente destrutiva, mas muito lucrativa.

Junto com a pecuária, o **agronegócio de monoculturas como soja, milho, arroz, dendê e cana-de-açúcar** é a outra principal causa direta da destruição da floresta amazônica. A soja é a maior cultura, com milhões de hectares de plantações no Brasil e na Bolívia. Enquanto isso, as plantações de dendezeiros estão se ampliando na região amazônica, no Equador, na Colômbia, no Peru e no Brasil, e também há planos para expandir o dendezeiro na Amazônia boliviana. [Um artigo deste boletim](#) descreve a violência e a opressão que os povos indígenas e as comunidades quilombolas e camponesas enfrentam por parte de duas grandes empresas de dendê no estado do Pará. O artigo descreve os impactos da atividade, bem como a organização e a luta das comunidades para recuperar suas terras.

Numa região que está se tornando cada vez mais seca devido às mudanças climáticas, a água é especialmente afetada pelas grandes monoculturas de soja, milho e dendê, em uma área muito maior do que apenas a plantação, não só pelo grande consumo de água dessas atividades, mas também pela contaminação com agrotóxicos. A pesquisadora brasileira Larissa Bombardi chama isso de “colonialismo químico”, quando os países europeus que controlam um terço das vendas globais de produtos químicos usados na agricultura vendem agrotóxicos proibidos nos seus próprios países ao Brasil – atualmente o principal importador mundial de agroquímicos. Segundo Bombardi, “Se pensarmos no clássico do colonialismo, que é violência física, expulsão dos povos, vemos isso acontecendo hoje com os povos indígenas quando, por exemplo, nos conflitos fundiários, eles são bombardeados com agrotóxicos” (6).

A **mineração** é outro grande impulsionador direto do desmatamento, principalmente em países como Brasil, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Suriname, Guiana e Peru. As concessões para mineração industrial cobrem 18% da região amazônica. As atividades de extração de cobre, estanho, níquel, minério de ferro, bauxita, manganês e ouro estão avançando cada vez mais na região. As mineradoras e os governos dos países industrializados estão pressionando os governos dos países da região amazônica para garantir acesso a minerais que são críticos na “transição verde” a uma “economia de baixo carbono”. Mas isso oculta a destruição contínua de florestas e comunidades (7).

A mineração em pequena escala é uma prática centenária na América do Sul. No entanto, estima-se que haja atualmente 500 mil garimpeiros na Amazônia, e os impactos da mineração de ouro, em particular, são enormes. Em função de seu aumento exponencial, essa atividade é cada vez mais controlada, no dia a dia, por amplas redes do crime organizado, que também incluem figuras influentes, como políticos. E, mais uma vez, são empresas sediadas nos países industrializados que mais lucram. As empresas suíças, por exemplo, importaram pelo menos 4,9 toneladas de ouro da Amazônia brasileira em 2021. A maior parte desse ouro foi extraída ilegalmente em território indígena e deixou um rastro de violência, assassinatos e estupros – além de rios altamente poluídos com mercúrio tóxico (8).

A mineração também é responsável pelo **extrativismo hídrico**. A água é tão essencial para a atividade, a ponto de muitas dessas operações extraírem mais água do que minério. A “transição verde” e sua pressão por mais mineração tendem a aprofundar esse impacto específico, apesar de essa atividade causar mais desmatamento, mudanças climáticas e poluição (9). Neste boletim, [um](#)

[artigo vindo da Colômbia](#) mostra como o discurso sobre a transição verde incentiva a extração de cobre na zona de transição Andes-Amazônia na Colômbia e conta como as pessoas estão resistindo a isso.

As áreas de concessão para **extração de petróleo e gás**, localizadas principalmente no Peru e no Equador, na Amazônia Ocidental, têm impactos profundos sobre as florestas, a água e, em particular, os povos indígenas. Mas essa extração também desencadeou muitas lutas de resistência (10). Este boletim inclui [um artigo que descreve a recente vitória](#) histórica do povo equatoriano, que, através de um referendo e uma votação majoritária, decidiu que a infraestrutura de extração de petróleo no bloco ITT, dentro do parque nacional Yasuní, deveria ser desmantelada, e o petróleo restante deveria ser deixado no solo.

O “**extrativismo verde**” **leva a mais extração de petróleo** e, portanto, a mais destruição, inclusive na Amazônia, onde estão planejados vários novos projetos extrativos. As empresas de petróleo e gás e os governos nacionais da região afirmam que, para financiar a “transição” a uma “economia de baixo carbono”, é necessário extrair mais petróleo. A estatal brasileira Petrobrás usa esse argumento para justificar seus planos de extração na chamada Margem Equatorial, localizada no oceano, ao norte da região amazônica (11).

Desde a década de 1980, o enorme sistema fluvial que banha a região amazônica tem atraído o interesse de grandes empresas que promovem projetos de **usinas hidrelétricas**. As empresas do setor afirmam que essa energia é “verde” e “renovável”, com zero emissão de carbono, mas pesquisas mostraram que isso é uma mentira, pois as hidrelétricas geram sim emissões de CO2 e CH4, agravando o caos climático (12). As usinas também são uma das principais causas do desmatamento. Por exemplo, os projetos das hidrelétricas de Chepete e Bala, na Bolívia, com todas as infraestruturas associadas – reservatório, estradas, linhas de transmissão, etc. – envolveriam o desmatamento de 100 mil hectares, além de afetar seis grupos de Povos Indígenas (13).

Todas as causas diretas do desmatamento requerem **infraestruturas**, tais como oleodutos, estradas, ferrovias, portos e linhas de transmissão, o que aumenta ainda mais o desmatamento. Muitos grandes projetos em andamento fazem parte da iniciativa IIRSA, que é uma proposta para integrar a América do Sul – e, em particular, as muitas regiões consideradas “vazias” e “isoladas” da Amazônia – através projetos de energia, transporte e comunicação que atendem aos interesses do capital. Um desses projetos, que levou a um aumento do desmatamento no Peru, é a Rodovia Interoceânica – que liga o coração da Amazônia aos portos marítimos do Peru e, a partir daí, aos mercados asiáticos (14).

## **Extrativismo verde**

Para os interesses econômicos por detrás das causas do desmatamento que acabamos de descrever, o mecanismo do [REDD](#) (Reduzir as emissões de desmatamento e degradação) nunca foi uma alternativa séria. Esses atores ainda conseguem ganhar muito mais dinheiro com atividades madeireiras, agronegócio, pecuária, mineração, extração de petróleo, energia hidrelétrica e

atividades de infraestrutura do que mantendo a floresta em pé com a venda de “créditos de carbono”. Essa é uma das razões pelas quais o desmatamento na Amazônia continua e essa região tem os índices mais altos do mundo. Em 2022, foram perdidos 4,1 milhões de hectares de floresta tropical em todo o planeta. Dos seis países que mais contribuíram para essa perda, quatro estavam na região amazônica: Brasil, Bolívia, Peru e Colômbia. Isso significa que esses países são responsáveis por 60% da destruição das florestas tropicais em todo o mundo (15).

Grandes empresas que contribuem direta ou indiretamente para o desmatamento, como companhias aéreas, afirmam ser “**neutras em carbono**” por protegerem algumas áreas florestais na Amazônia. Espertamente, essas empresas até convidam seus clientes a assumir esses custos, pagando uma taxa adicional além do seu bilhete de avião para garantir uma viagem “neutra em carbono”.

**Programas e projetos do tipo REDD também justificam a criação de novas áreas de extração de petróleo** dentro e em torno da região amazônica. Um exemplo disso vem da Guiana. Em dezembro de 2022, o governo vendeu créditos de carbono em um total de 750 milhões de dólares para tornar “neutra em carbono” a extração de petróleo em águas profundas – o tipo mais arriscado – planejada pela empresa norte-americana Hess. O projeto supostamente compensará as emissões geradas pela queima do petróleo extraído, protegendo toda a sua área florestal, incluindo terras de comunidades que dependem da floresta (16).

Hoje em dia, em muitas partes da Amazônia, é difícil encontrar comunidades indígenas que ainda não tenham sido abordadas por uma empresa ou ONG conservacionista que promova o “extrativismo verde” do REDD, querendo que assinem um contrato. [Um artigo do Brasil](#) neste boletim descreve o modus operandi da empresa norte-americana de carbono Wildlife Works, no território Ka’apor, no Maranhão, e explica por que os Ka’apor consideram esse contrato um risco para a sua autonomia.

## **Caos climático na Amazônia**

Como o REDD não faz nada para conter o desmatamento e as mudanças climáticas, em 2023 a Amazônia sofreu uma seca sem precedentes e uma diminuição dramática no nível da água em seus rios, com um impacto grave nos estoques de peixe e nos meios de subsistência das populações ribeirinhas. O aquecimento global está aproximando a Amazônia do que os cientistas chamam de “**ponto de ruptura**”. Ultrapassar esse ponto, alertam eles, transformaria a Amazônia, dentro de décadas, numa região diferente e muito mais seca – comparável ao bioma savana (17).

Com a Amazônia no centro das atenções internacionais, as atividades destruidoras de florestas, como a agricultura industrial, expandiram-se, e a sua destruição se intensificou em outras regiões estreitamente ligadas à Amazônia – como as áreas de savana vizinhas. Como essas áreas estão muito menos protegidas e têm muito menos visibilidade, elas estão sendo destruídas com muito mais intensidade e velocidade. Um dos vários problemas da lei antidesmatamento da União Europeia, que entrou em vigor em 2023, é que ela se concentra apenas na Amazônia, e não na expansão em grande escala do agronegócio, das plantações industriais de árvores e da mineração

nas áreas de savana do Brasil. **Em 2023, o desmatamento no Cerrado brasileiro aumentou 43%** (18). Devido à sua conectividade com a região amazônica, isso também impacta fortemente a Amazônia. E apesar de todo o discurso sobre a necessidade de salvar a floresta amazônica feito em arenas internacionais – como a assembleia da ONU e as conferências da ONU sobre clima e biodiversidade – em outras salas de conferências, ministros da economia e do comércio dos governos do Mercosul (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai) e da União Europeia estão em processo de finalização de um acordo de livre comércio. Esse acordo visa aumentar as exportações do Brasil, o maior país amazônico do Mercosul, elevando assim a pressão sobre a região e causando mais destruição (19).

## Resistência

Quando os membros das comunidades Amazônicas tiveram a oportunidade de defender seus interesses em fóruns nacionais ou internacionais nos quais são discutidas políticas que influenciam o futuro da Amazônia, sua experiência tem sido geralmente frustrante. Nos fóruns internacionais, o resultado dessas discussões é fortemente influenciado pelos interesses das empresas transnacionais e das grandes ONG conservacionistas, que estão ansiosas por ter acesso e controle sobre a região devido aos muitos produtos – incluindo créditos de carbono – que podem obter e com os quais podem lucrar.

Os povos da Amazônia tiveram uma experiência igualmente frustrante com os governos nacionais, que reivindicam “soberania” sobre a região e muitas vezes se referem a ela como “nossa”. A abordagem “colonial” desses governos na região não pode ser ignorada, dado que eles apoiam ativamente os interesses do capital que estão impulsionando sua invasão e sua destruição. Muitas vezes, fazem isso em nome do “desenvolvimento”, mas a vasta experiência com muitos grandes projetos implementados até agora na região revela que o “desenvolvimento” não corresponde às necessidades e demandas dos povos indígenas, as comunidades tradicionais e ribeirinhas da Amazônia, ou o grupo cada vez mais significativo de membros das comunidades que agora habitam áreas urbanas na região.

Como as políticas e os projetos extrativistas continuam sendo implementados e, portanto, todos os tipos de violência que acompanham o modelo extrativista continuam, as comunidades começaram a criar e fortalecer mecanismos tradicionais para defender seus territórios, como guardas indígenas. Mas hoje, elas enfrentam diversas forças armadas – incluindo polícia, militares, seguranças e exércitos de empresas, e grupos criminosos frequentemente associados ao tráfico de drogas. Enquanto isso, houve aumento da criminalização e até dos assassinatos de líderes indígenas na região. Os dados também mostram um crescimento de diferentes formas de violência contra as mulheres, em particular a violência sexual. O estupro é uma forma de humilhá-las, controlar sua resistência e criar medo (20).

Com foco na Amazônia, a intenção deste boletim é ouvir o que as pessoas da região têm a dizer sobre os projetos de “desenvolvimento” em sua área, sobre a violência e a humilhação que enfrentam por parte das empresas e do Estado, e sobre como elas estão se organizando e lutando contra esses projetos para defender e/ou recuperar seus territórios.

A recente Cúpula de Belém de Presidentes da região Amazônica de 2023 (onde também estiveram presentes membros dos governos da Indonésia e da República Democrática do Congo) mais uma vez deixou claro que eles querem mais do mesmo “desenvolvimento”. Por isso, o que talvez seja mais urgente agora é promover o diálogo entre os povos amazônicos – que têm uma vasta experiência de resistência ao “extrativismo verde” – e ativistas de países da África Central e do Sudeste Asiático. Apesar das inúmeras diferenças, todos enfrentam ameaças semelhantes e o desafio de como organizar e resistir a elas.

Ao longo dos anos, os povos da Amazônia têm se unido para buscar força e inspiração nas histórias uns dos outros e construir alianças, cruzando as fronteiras de seus países, que tentam separá-los. Um exemplo disso é o Fórum Social Pan-Amazônico. Na declaração da última edição de 2022, dizem:

“Reiteramos que, embora os perigos tenham aumentado, as lutas e resistências adquiriram uma força sem precedentes, a partir da experiência das espiritualidades de nossos povos, que devem continuar a crescer como filhas e filhos da Mãe Amazônia. Neste sentido, os povos da Pan-Amazônia estão se organizando, se unindo, lutando por seus territórios e culturas, para tornar possível um futuro. Assim avançam as lutas anti-racistas, anti-patriarcais e anticoloniais.” (21).

(1) Embrapa, [Estudo aponta que a degradação atinge mais de um terço da Floresta Amazônica](#), janeiro de 2023

(2) Global Witness, [Almost 2,000 land and environmental defenders killed between 2012 and 2022 for protecting the planet](#), September 2023.

(3) Boletim WRM, [AGRO é FOGO: Grilagens, Desmatamento e Incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal](#), dezembro 2021 and Agro e Fogo, [Armas na disputa por controle territorial: os usos capitalistas do fogo contra os povos do campo](#)

(4) Boletim WRM, [Uma lista \(inacabada\) de conceitos que matam florestas](#), janeiro de 2020 e Boletim WRM, [FSC e RSPO parceiros no crime? A questão fundiária da Jari Florestal e da Agropalma na Amazônia brasileira](#), novembro de 2018

(5) Boletim WRM, [Paradoxos verdes de um país amazônico](#), julho de 2021.

(6) Brasil de Fato, [Colonialismo químico: por que o Brasil está morrendo pela boca e como o agro tem culpa nisso](#), October 2023.

(7) World Resources Institute, [Undermining Rights](#), 2020.

(8) Mongabay, [Swiss pledge to stop illegal gold imports from Brazil Indigenous reserves](#), June 2022

(9) Boletim WRM, [Água, extrativismo e minerais críticos no Brasil: algumas reflexões](#), setembro de 2022

(10) Observatorio petrolero, [Lote 8: cifras de la contaminación petrolera](#), 2022.

(11) Brasil 247, Aos 70 anos, [Petrobras mira transição energética e Margem Equatorial](#), October 2023

(12) Instituto Humanitas Unisinos, [Como salvar a floresta amazônica? Entrevista com Philip M. Fearnside](#), August 2023.

(13) Boletim WRM, [“Sem água não há vida”: os rios da Amazônia boliviana](#), setembro de 2022.

(14) Mongabay, World Rainforests, [“Amazon Destruction”](#), November 2021

(15) Statista, [Countries with the largest area of primary tropical forest loss in 2022](#), June 2023 and Global Forest Watch, [Tropical Primary Forest Loss Worsened in 2022, Despite International Commitments to End Deforestation](#), June 2023.

(16) REDD Monitor, [“The sale by the Government of Guyana of forest-based carbon credits was fraudulent”](#), July 2023.

(17) Instituto Humanitas Unisinos, [A Amazônia se aproxima do ponto de ruptura, diz Carlos Nobre](#), January 2019-

(18) Brasil de Fato, [Alertas de desmatamento em 2023 caem pela metade na Amazônia, mas sobem no Cerrado](#), Janeiro 2024.

(19) Greenpeace, [EU-Mercosur: A nightmare for nature](#), March 2023

(20) Mongabay, [Triple riesgo: ser mujer, indígena y defensora ambiental en América Latina](#), November 2021.

(21) [Declaração Final do Décimo Fórum Social Pan-Amazônico](#) – FOSPA

## A luta pela terra na Amazônia brasileira contra empresas de dendê e mineradoras

**Na região da Vale do Acará no estado do Pará, indígenas Tembé, Turiwara, comunidades quilombolas e camponesas lutam para retomar parte dos espaços de vida que tradicionalmente ocupam. Não é só uma luta por território, é uma luta para reverter uma história de opressão e injustiça. Hoje denunciam a violência estrutural e a omissão do Estado.**

Pará é o segundo maior estado da Amazônia brasileira. É dentro de suas fronteiras que o Rio Amazonas desemboca no mar. Os povos **Tembé** e **Turiwara** têm tradicionalmente ocupada a região da **Vale do Acará** no nordeste do estado, situada nos municípios de Tailândia, Acará e Tomé-Açu. A partir do processo de colonização, seu território, rico em florestas, rios e terras férteis, foi gradativamente saqueado para extrair madeira e explorar as monoculturas de cana-de-açúcar e tabaco para enriquecer a metrópole Portugal. Os Tembé e Turiwara foram submetidos a todo tipo de violência, não só colonial, mas também patriarcal e racista a exemplo do processo de aldeamento, cujo objetivo era removê-los de seus territórios para que estes pudessem ser apropriados. (1) A violência e a repressão contra seus atos de resistência, além de epidemias, resultaram num verdadeiro genocídio, reduzindo drasticamente suas populações.

A escravidão trouxe também pessoas do continente Africano para serem submetidas ao trabalho escravo na região. “Construímos os engenhos à mão”, diz um descendente destas populações, liderança quilombola. “Quando a escravidão foi abolida, fomos jogados aqui, sem reparação ou suporte. O único ‘documento’ que temos desta época é uma usina de cana-de-açúcar que foi inteiramente construída por nosso povo”, acrescenta (por razões de segurança, os nomes das pessoas que deram seus testemunhos para este artigo são preservados).

Às margens do rio Acará, mesmo com a decretação oficial do fim da escravidão em 1888, até meados da década de 1970, famílias portuguesas detentoras de poder, prestígio e riqueza, acumulavam grandes extensões de terras sob estrito domínio. Possuíam casas comerciais localizadas em pontos estratégicos do rio e mantinham indígenas (Turiwara e Tembé), quilombolas e ribeirinhos como “agregados”, mediante relações de dominação baseadas no controle repressor da força de trabalho, no sistema de “aviamento” (2) e na usurpação territorial. (3) Grande parte das terras usurpadas por essas famílias de origem portuguesa foi posteriormente vendida a fazendeiros e a grandes empreendimentos do agronegócio do dendê, do coco e da madeira.

A partir de 1952, com a implantação do Projeto JAMIC Imigração e Colonização Ltda no então município de Acará, atual Tomé-Açu, terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas Turiwara e Tembé às proximidades do rio Acará-Mirim foram intrusadas pelo projeto oficial de colonização japonesa financiado com recursos públicos e privados.

A pressão sobre os territórios tradicionais se agravou ainda mais com a implantação de projetos de extração madeireira e agropecuários financiados por incentivos fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Tais incentivos foram instituídos no bojo da Operação Amazônia deflagrada em 1966, que visava fomentar a criação de empresas rurais e de “polos de desenvolvimento” nas diferentes regiões da Amazônia. Nesse contexto, o município de Tomé-Açu constituiu-se como um dos principais “polos madeireiros” do estado do Pará.

Sobre esse processo histórico de invasão de suas terras, uma liderança Turiwara nos conta: “Nós somos os pioneiros, os herdeiros do lugar, aonde nossos antepassados deixaram-nos. Fomos expulsos pelos fazendeiros na época, que chegavam e pediram pra gente sair(...) Eles diziam ‘olha, é dois, três dias para vocês desocuparem, se vocês não sair, a gente traz mais gente aqui para vocês saírem’, então nós *ficava* com medo e [assim] foram muitos e muitos que foram expulsos do lugar”.

### **A invasão dos territórios indígenas, quilombolas e camponeses pelas empresas de dendê e mineração**

Se no passado, os colonizadores invadiram suas terras com plantações de cana-de-açúcar e tabaco, hoje são plantações de monocultura do dendê e minerodutos que tomaram os territórios Tembê, Turiwara, quilombolas e camponeses na região do Vale do Acará.

A produção industrial de óleo de dendê é dominada por duas empresas: a Brasil Bio Fuels (BBF), que comprou a Biovale em 2019, e controla cerca de 135 mil hectares de terras na região; e a Agropalma, atuante na região desde 1982 e que controla 107 mil hectares de terras. (4) Entre seus compradores internacionais estão a Cargill, Hershey, General Mills, Kellogg, Mondelez, Nestlé, PepsiCo, Stratas Foods e Unilever (5). Em 2022, a Agropalma obteve uma receita de USD 486 milhões e a BBF USD 305 milhões. (6)

Apesar de se projetarem como empresas ‘modernas’, ‘verdes’, produzindo ‘energia renovável’ como o biodiesel, uma grande parcela de suas terras são públicas, com títulos de terra forjados (7). Uma liderança quilombola descreve a chegada de uma das empresas assim: “Quando a BBF chegou, ainda era Biopalma. A empresa chegou *quietinha* usando grileiros que tiraram as terras dos quilombolas e camponeses. A empresa não aparecia. Eles que destruíram a floresta, por exemplo eu lembro que desmataram 600 hectares de castanhais. Foram estes grileiros que passaram as terras para Biopalma, fraudando a cadeia dominial da terra”.

O óleo do dendê é atualmente o óleo vegetal mais barato do mundo, em base de uma lógica colonial de produção, de ‘levar sem pagar’. As empresas, por exemplo, não se responsabilizam pelos impactos do desmatamento que provocaram. As empresas não pagam pela água que usam nas plantações – um consumo estimado em 34 mil litros de água por hectare por dia (8) – e tampouco pelo consumo nas fábricas. Tampouco elas pagam pela contaminação causada pelos fertilizantes químicos e sobretudo agrotóxicos aplicados como o glifosato, um herbicida que já demonstrou ser cancerígeno e foi encontrado em águas de terra indígena, tanto superficiais

quanto subterrâneas. (9) Além disso, as empresas lançam um subproduto da produção do óleo de dendê nas plantações como 'adubo orgânico', o que tem matado a vida nos igarapés, denunciam indígenas e quilombolas.

O resultado é destruição. Segundo uma liderança quilombola: "As empresas contaminam o ar, a água e também elas poluem nossas vidas. Porque depois que o dendê começa a crescer, eles jogam agrotóxicos que contaminam a água, e também o [sub]produto da produção do óleo de dendê. Agora perdemos nossa terra, mas também perdemos nossa água, nossas nascentes. As pessoas têm problemas de saúde, em torno de 15% do nosso povo está doente em função do dendê. Quando você pesca as 06hs de manhã, as 07hs o peixe que você pegou já está podre. A cor da água mudou, vemos muitas mariposas, um sinal do desequilíbrio. A mandioca já não produz como antes, está com doenças".

As pequenas áreas das comunidades ficaram cercadas por plantações de dendê, inviabilizando o modo de vida das comunidades, que se sentem numa 'prisão'. A comunidade quilombola de São Gonçalves, por exemplo, é cercada pelas plantações da Agropalma. A empresa fez um portão de acesso para controlar quem entra e quem sai, e cavou valas profundas para que quilombolas e indígenas não acessem mais seus antigos cemitérios, áreas de caça e pesca tradicionais, dentro do território controlado pela Agropalma.

Segundo uma liderança Turiwara: "eles não gostam que a gente desça [o rio] para fazer nada, pegar um peixe, a gente não pode mais, então isso aí tá afetando demais, muito mesmo. A gente quer tomar uma providência por isso, nós estamos aqui, a gente tá muito humilhado aqui por essa empresa, os animais caindo para dentro dessas valas, morrendo."

Há também minerodutos que atravessam a região, gerando conflitos. Um deles, que transporta bauxita de Paragominas até Barcarena, é da empresa Hydro, controlada pela norueguesa Norsk Hydro, cujo proprietário principal é o Estado Norueguês (10). Em 2023, a Defensoria Pública no Pará pediu a suspensão das obras da Hydro no mineroduto devido a irregularidades no licenciamento. Comunidades quilombolas denunciaram à Defensoria que se sentem 'refugiadas' no próprio território, face as ilegalidades das obras com trabalhadores e caminhões transitando em suas áreas. (11) Outro mineroduto que atravessa a região é da multinacional francesa Imerys que transporta caulim de Ipixuna até Barcarena.(12) Além desses, um novo projeto que as comunidades enfrentam é a Ferrovia Paraense, cujo trajeto vai do sul do Pará até Barcarena, e com a qual o governo estadual pretende incentivar o plantio e exportação da monocultura de soja.

### **Buscando reverter a história: recuperando os territórios**

Durante muitos anos, quilombolas e indígenas têm denunciado a invasão de seus territórios e todos os demais impactos que as empresas têm causado. No entanto, a postura das empresas tem sido sempre de negar os impactos, buscando fazer acordos com promessas de projetos sociais. Segundo os indígenas e quilombolas, essas promessas não são cumpridas na íntegra e, mais importante, não resolvem a questão central: a falta de demarcação de seus territórios.

Apesar da empresa Ymeris ter ‘doado’ uma terra de 500 hectares aos Tembé no final da década de 1990, buscando resolver conflitos com a comunidade, a grande maioria das terras continua em mãos de grandes empresas, com o apoio do Estado brasileiro. Basta comparar os mais de 240 mil hectares nas mãos da BBF e Agropalma, com o tamanho da terra indígena oficialmente demarcada pelo Estado brasileiro na região: 147 hectares da Terra Indígena Turê-Mariquita do povo Tembé, a menor terra indígena oficialmente demarcada no Brasil.

Cansados de esperar, em 2021 os Tembé e comunidades quilombolas iniciaram uma luta para retomar suas terras, hoje nas mãos da BBF e Agropalma, para assegurar a posse sobre ao menos parte do território do qual foram expulsos no passado. Nesse processo, os Turiwara assumiram publicamente sua identidade, reivindicando hoje as terras ao longo do Rio Acará onde seus antepassados foram encontrados pelo biólogo alemão Meerwarth em 1899 (13), e juntaram-se aos parentes Tembé, como explica uma liderança Turiwara: “Eu sou Turiwara, porque nossos antepassados, do lado da minha mãe, nós somos Turiwara. Tem um povo Turiwara mas também um povo Tembé, somos misturados, mas unidos.”

Uma das principais referências da resistência atual é o Movimento IRQ (Indígena, Ribeirinho e Quilombola), que busca unificar e conseguir mais apoio para sua luta, como explica uma das lideranças: “A gente luta para garantir todos nossos direitos, mas hoje nossa maior luta e desafio é garantir o direito ao nosso território. Por isso, o Movimento foi criado, para que nos pudéssemos fazer nossa voz ecoar, e alcançar os ouvidos das autoridades competentes para resolver essa problemática territorial aqui que nós, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, vivenciamos hoje quando estamos tendo nosso território invadido pela monocultura do dendê, como a Brasil Biofuels, e pelas empresas de mineração, como a Hydro.

A liderança destaca a participação de mulheres: “A participação das mulheres indígenas, ribeirinhos e quilombolas é uma forma da gente demonstrar que a nossa luta é pela nossa família, pelo nosso povo como todo. É para mostrar que nossa luta é para garantir a sobrevivência da nossa futura geração e que essa futura geração tenha seus direitos garantidos. A participação de nós mulheres indígenas dentro desse Movimento é para que possamos somar forças junto aos guerreiros e garantir o direito da nossa futura geração”.

Os Tembé, Turiwara e quilombolas já pediram aos órgãos oficiais a imediata demarcação de suas terras. No caso dos indígenas, à FUNAI, órgão federal para assuntos indígenas. E no caso das comunidades quilombolas, ao INCRA, órgão federal de regularização fundiária, e ao ITERPA, órgão estadual de terras do Pará. Além desse, comunidades camponesas estão na mesma luta para garantir a posse de suas terras perante a ameaça de expansão do dendê:

### **A luta camponesa da comunidade Virgílio Serrão Sacramento**

Comunidades camponesas residentes na região têm retomado espaços de vida de onde foram expulsas no passado por madeireiros e fazendeiros, em processos de grilagem de terras. Um exemplo são as famílias da comunidade Virgílio Serrão Sacramento no município de Mojú. No final de 2015, famílias se juntaram e reocuparam o território de onde várias delas foram vítimas de

grileiros. A motivação foi a ameaça da BBF se apropriar da terra para expandir suas plantações na região de Mojú. Além disso, as famílias tinham certeza que a terra era pública. Portanto, deveria favorecer famílias camponesas e não empresas privadas como a BBF.

Após a retomada, as famílias solicitaram ao ITERPA a regularização dos cerca de 700 hectares do assentamento. No entanto, o processo foi paralisado quando, em 2020, a BBF foi beneficiada com uma liminar na Justiça ordenando a reintegração de posse em favor da empresa. Isso não ocorreu porque as famílias conseguiam comprovar que a BBF usou títulos de terra improcedentes. Em meados de 2023, a BBF obteve nova liminar judicial ordenando que as famílias desocupassem a área. Hoje, o caso está sob análise da Comissão de Conflitos Fundiários do estado do Pará. As famílias demandam do ITERPA uma vistoria da área para evidenciar de uma vez por todas que a terra é pública e, portanto, deve ser regularizada em favor das famílias.

Um membro da comunidade desabafa “Nós construímos tudo aqui: nossas casas, nossa criação, nossas roças, nossas hortas, para nossa sobrevivência. Hoje, as famílias vivem de tudo aquilo que foi construído por elas, de forma coletiva, e trabalhando de uma forma carinhosa, cuidando da terra, respeitando o meio ambiente, tudo que vive na natureza. Hoje as famílias precisam muito dessa terra para continuar o seu viver, o seu dia-dia, ajudar sua família, ajudar outras comunidades que precisam do apoio da nossa. Hoje a BBF tenta tirar a terra das famílias através de uma liminar, enquanto há muito indício de grilagem que a BBF vem fazendo no estado do Pará, e através disso ela tenta tirar as famílias de suas terras, e é muito lamentável o que está ocorrendo. A comunidade se encontra dentro de uma terra pública, do Estado, então se a terra é pública onde as famílias moram, o governo do estado precisa apoiar, dar apoio às famílias. A gente deixa aqui nosso repúdio a essa situação; que as autoridades possam vir e nos ajudar para nos mantermos, para poder viver aqui enquanto comunidade.”

## **A omissão do Estado em meio à violência extrema e estrutural**

Desde que começaram as retomadas de terra em 2021, as comunidades se deparam com práticas violentas de diversos grupos fortemente armados, incluindo as polícias do Estado, seguranças e milícias privadas das empresas, e o crime organizado. Aumentou assustadoramente a perseguição, as ameaças de morte, humilhações e, inclusive, o racismo por parte de parcelas da população regional contra as comunidades Tembê, Turiwara e quilombolas, acusadas de atrapalhar o desenvolvimento. Sucessivas denúncias e boletins de ocorrência realizados pelas comunidades aos órgãos competentes têm sido em vão. Lideranças têm repetido continuamente: “Agropalma e BBF não exportam óleo de dendê, elas exportam nosso sangue”.

A BBF, em particular, tem promovido uma campanha de criminalização das comunidades ao registrar centenas de boletins de ocorrência na polícia civil contra comunitários, acusando-lhes de práticas ilícitas como crimes de ameaça, furto, roubo, extorsão e dano (14), e sugerindo que o objetivo das comunidades seria supostamente para ter acesso ao dendê. Sobre isso, uma liderança Turiwara afirma: “Ficam humilhando as pessoas, dizendo que o dendê deles não vamos conseguir, porque é deles. Então, vou lhe dizer uma coisa, a gente não tem firmado no dendê, a gente não

tem firmado em nada que tem lá dentro, a gente tem firmado no nosso território, é nosso território que *nós quer, nós quer* passar para dentro que é nosso, nossa casa”.

No meio do agravamento dos conflitos de terra, a postura da certificadora internacional RSPO (Mesa-Redonda de Dendê Sustentável) tem sido de conivência com as empresas do dendê. Depois de suspender o selo ‘verde’ da Agropalma por um breve período devido aos conflitos, a RSPO não tardou a devolvê-lo à Agropalma, em junho de 2023. (15)

Um dos vários episódios de violência ocorreu as vésperas da Cúpula de Belém, em agosto de 2023, que a menos de 200km da região reuniu os Presidentes dos países Amazônicos. Entre 4 e 7 de agosto, houve atentados violentos contra a vida de quatro indígenas Tembé em consequência da luta pela retomada de territórios nas mãos da BBF em Tomé-Açu (16).

Na ocasião, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), em visita à região, solicitou, entre outras medidas, que fosse instituído imediatamente um gabinete de crise pela Secretaria Geral da Presidência da República; realizada a troca das forças policiais que comandam a segurança em Tomé-Açu e Acará; que a FUNAI criasse grupos de trabalho para a demarcação das terras indígenas, e que o INCRA e ITERPA fizessem o mesmo para titular as terras quilombolas. (17) A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) enviou ofício às autoridades sobre o mesmo episódio, solicitando a retomada imediata do processo de regularização dos territórios indígenas e quilombolas, bem como a apuração dos mecanismos de criminalização das lideranças e suspensão de incentivos às empresas envolvidas na violência, entre outras medidas. (18)

Quase meio ano depois, constata-se que praticamente todas as recomendações do CNDH e da ABA ficaram apenas no papel. Nem mesmo o envio da Força Nacional de Segurança para a região evitou a intensificação da violência nos últimos meses.

Em 10 de novembro de 2023, Agnaldo da Silva, indígena Turiwara, foi assassinado dentro da terra que a Agropalma diz ser dela, por seguranças dessa empresa, conforme denuncia o grupo de indígenas do qual Agnaldo fazia parte. (19) Desde dezembro de 2023, o Movimento IRQ tem denunciado às autoridades que comunidades têm sofrido invasões e ataques violentos e que lideranças estão sendo ameaçadas de morte. No dia 14 de dezembro, quatro quilombolas foram atacados a tiros, por sorte ninguém morreu. Uma das lideranças Tembé e referencias na luta pela terra, Miriam Tembé, foi presa em 3 de janeiro de 2024, com fortes indícios que sua prisão tinha como objetivo criminalizar e enfraquecer o Movimento IRQ (20). Entre esses indícios está a explícita determinação inconstitucional e absurda do Juiz José Reinaldo Pereira Sales condicionando a soltura de Miriam ao seu afastamento da condição de cacica de sua comunidade. (21) O Movimento denuncia que teme mais violência e mais prisões de lideranças.

A omissão do Estado perante essa situação é inadmissível. Quem ganha com isso são as empresas citadas neste artigo. Para elas, as comunidades representam um ‘obstáculo’ para suas atividades lucrativas e planos de expansão. É evidente que uma situação de violência extrema continuada e de criminalização afeta a capacidade dos indígenas e quilombolas de se organizar, se unir e continuar a luta pela demarcação de seus territórios.

Para estancar o derramamento de sangue e coibir outras violências, é urgentíssimo que as recomendações que constam nos documentos da CNDH e da ABA sejam implementadas pelas autoridades competentes. Destacamos ainda a recomendação de que os territórios que por direito pertencem aos indígenas Tembé e Turiwara, às comunidades quilombolas e camponeses, sejam demarcados pelos órgãos federais e estaduais competentes.

Por fim, toda nossa solidariedade com os Tembé, Turiwara e quilombolas que neste momento são vítimas de práticas violentas.

*(Por razões de segurança, os nomes das pessoas que deram seus testemunhos para este artigo são preservados).*

- (1) CEDI, 1985. Povos Indígenas no Brasil, Sudeste do Pará (Tocantins), Vol. 8, coord: Carlos Alberto Ricardo; and Carneiro Tuly, João Paulo, 2017. “Tensões territoriais na Amazônia Paraense, o povo indígena Tembê-Turé-Mariquita no município de Tomê-Açu”. Dissertation.
- (2) Relação moderna de escravidão em que o trabalhador era submetido a uma dependência e dívida interminável com o proprietário.
- (3) Quilombolas e indígenas nos processos de territorialização no Rio Alto Acaré, 2022. Rosa Acevedo Marin, Elielson Pereira da Silva and Maria da Paz Saavedra, pp. 102-126. In: Quilombolas: direitos e conflitos em tempos de pandemia, 2023 (eds.: Ana Paula Comin de Carvalho, Osvaldo Martins de Oliveira, Raquel Mombelli)
- (4) <https://www.grupobbf.com.br> and <https://www.agropalma.com.br/>
- (5) Global Witness, [A Sombra do Dendê](#), 2022.
- (6) The Guardian, [The multinational companies that industrialised the Amazon rainforest](#), June 2023
- (7) Reporter Brasil, [Cercados pelo dendê, povos tradicionais vivem terror em disputa fundiária com produtora de biodiesel](#), agosto 2022
- Avispa Media, [Palma e Conservação: aliadas na expulsão de comunidades na Amazônia brasileira](#), maio 2023
- Agência Publica, [Com inércia do governo, empresas do dendê avançam sobre terras públicas da Amazônia](#), agosto 2022
- Metrópolis, [Ouro líquido: Produção de dendê explora populações negras e indígenas no Brasil](#), Novembro 2022
- Mongabay Brasil, [Exportadora de óleo de palma acusada de fraude, grilagem de terras em cemitérios quilombolas](#), Dezembro 2022
- (8) Grain, [Toxic river: the fight to reclaim water from oil palm plantations in Indonesia](#), December 2020
- (9) Mongabay Brasil, [Desmatamento e água contaminada: o lado obscuro do óleo de palma ‘sustentável’ da Amazônia](#), 2021
- (10) WRM Bulletin, [Brazil: Hydro Alunorte’s Alumina Tailings Dam. A Disaster Foreshadowed](#), November 2019
- (11) Globo.com, [Ação quer suspender obras de mineroduto dentro de área quilombola no Pará](#), Outubro 2023
- (12) Carneiro Thury, João Paulo, 2017. Tensões territoriais na Amazônia Paraense: o povo indígena Tembê-Turé-Mariquita no município de Tomê Açu. Master’s dissertation.
- (13) Globus, Illustrierte Zeitschrift für Land und Völkerkunde, 1904. Eine Zoologische Forschungsreise nach dem Rio Acará im Staate Pará (Brasilien), H. Meerwarth.
- (14) MPF/PA. Recomendação 18/2023 no Inquérito Civil 1.23.000.000550/2021-10
- (15) Nota da Agropalma, 2023. Esclarecimentos sobre a matéria publicado pelo site ver-o-fato
- (16) MPF/PA. Recomendação 18/2023 no Inquérito Civil 1.23.000.000550/2021-10
- (17) CNDH, [Recomendação No. 16](#), de 08 de Agosto de 2023.
- (18) ABA, Ofício No. 041/2023/ABA de 09 de agosto de 2023.
- (19) BT Mais, [Índigena morre baleado por seguranças de empresa em Tailândia \(Pará, Brasil\), denuncia etnia Turiwara](#), Novembro 2023
- (20) [Carta Em Solidariedade À Cacica Miriam Tembé](#)
- (21) Ação Penal 0802666-85.2023.8.14.0060, Decisão de 26/01/2024.

## Incêndios e agronegócio, motores do desmatamento na Amazônia boliviana

**A expansão da fronteira agrícola para o cultivo de soja ou dendê, assim como a mineração e a possível construção de mega-hidrelétricas, avançam sobre os espaços vitais das comunidades indígenas e camponesas. No final de 2018, os povos se organizaram em uma Coordenação para defender seus territórios e o direito a uma vida digna.**

Onze por cento da Amazônia estão concentrados em território boliviano. Em uma definição ampla, a região amazônica desse país inclui os departamentos de Beni e Pando, bem como as regiões ao norte de Santa Cruz, La Paz e Cochabamba.

O desmatamento no território amazônico boliviano vem aumentando significativamente nos últimos anos, principalmente com a expansão da agroindústria, as obras de infraestrutura, a mineração, os grandes incêndios florestais e o desenvolvimento de políticas governamentais que aceleram a agenda extrativista.

No dia 2 de dezembro de 2018, por vontade de 12 povos e organizações que resistem ao extrativismo, foi criada a Coordenação Nacional de Defesa dos Territórios Indígenas Originários Camponeses e Áreas Protegidas (CONTIOCAP). Seu principal objetivo é articular comunidades e povos indígenas e camponeses que defendem seus direitos de forma independente, em um contexto cada vez mais adverso devido às políticas extrativistas promovidas no país.

Em seus poucos anos de existência, a CONTIOCAP se posicionou na opinião pública como referência em dignidade e contribuição ao debate público sobre análise da conjuntura, em denúncias das crescentes violações dos direitos humanos e dos povos indígenas, e na apresentação de propostas alternativas ao extrativismo.

No final de 2023, o WRM conversou com Ruth Alipaz, líder indígena da Nação Uchupiamona, na Amazônia boliviana, e membro da CONTIOCAP, para refletir sobre a situação daquele território e a forte resistência que os Povos Indígenas vêm exercendo.

### O negócio da queima

Estima-se que os incêndios florestais tenham destruído 3 milhões de hectares de florestas na Bolívia em 2023. Esses incêndios foram agravados pela seca que o país atravessa, com uma redução de 17% nas chuvas em 2023, em comparação com anos anteriores. Mas essa situação não é casual. Por trás desses incêndios estão principalmente empresas do agronegócio. É um ataque direto aos territórios e às áreas protegidas, que se sobrepõem, em grande parte, às terras indígenas.

Para ampliar a fronteira agrícola, os empresários agroindustriais realizam o *chaqueo* (queima de certas áreas para fazer agricultura) indiscriminadamente e ultrapassam a fronteira agrícola, já que o governo não tem nenhum tipo de mecanismo sério de controle dessas grandes corporações agropecuárias que, por sua vez, costumam se beneficiar dos lucros que produzem em terras comunitárias, uma vez que os residentes são forçados a arrendá-las porque não têm recursos suficientes para as explorar em benefício próprio e de suas comunidades. Esses empresários que atravessam ilegalmente a fronteira agrícola são punidos com a ridícula multa de 0,20 centavos de dólar por hectare queimado, o que é um convite a queimar mais do que o permitido e obter enormes lucros. (1)

Ruth Alipaz nos explica como as empresas descobriram que o negócio era queimar para que a floresta perdesse valor. “Incendiar é uma forma de desmatamento cruel de floresta primária, de baixo custo. Ela permite a mudança de uso da terra para depois poder estabelecer plantações de monoculturas, por exemplo”, afirma.

Ruth nos diz: “Todos os anos, nós, bolivianos, respiramos a fumaça e as cinzas do nosso futuro, porque estão nos privando dos nossos meios de vida e de nossa dignidade. E não apenas para os Povos Indígenas. A dignidade nos é dada pelo nosso território, onde somos conhecidos e reconhecidos porque somos alguém. A dignidade existe na medida em que se contribui para o sonho de realizar um projeto de autonomia usando nossa cultura e nossos saberes ancestrais.”

Além dos incêndios, o desmatamento na Amazônia boliviana vem aumentando a passos gigantes.

## **Desmatamento e agronegócios**

Em 2022, a taxa de desmatamento na Amazônia boliviana foi a segunda mais alta da região amazônica, atrás apenas do Brasil, e a terceira do mundo em termos de área desmatada. Estima-se que 270 mil hectares tenham sido desmatados naquele ano. De acordo com a Fundação Tierra, uma organização boliviana, no quinquênio 2016-2021, o desmatamento aumentou 73% em comparação com 2010-2015. Ainda não há números oficiais sobre 2023, mas especialistas concordam que a tendência é o desmatamento continuar crescendo. (2)

Em grande medida, esse aumento gigantesco nos índices de desmatamento é resultado da expansão do agronegócio industrial, voltado à produção de soja e à pecuária para exportação. Segundo a Fundação Tierra, “a expansão do modelo da soja é o motor da mudança, cuja força motriz é a consolidação dos direitos fundiários para as grandes e médias propriedades empresariais. As florestas foram eliminadas para disponibilizar mais terras ao cultivo da soja, que avança mais rapidamente do que outros setores comerciais (milho, sorgo, trigo, cana-de-açúcar, arroz). A titulação de extensas áreas de floresta como terras privadas e a concessão de muitas autorizações para desmatamento foram a base da rápida habilitação de extensos campos de cultivo. “O avanço da agricultura industrial é acompanhado pela pecuária para exportação.” Só de soja, a Bolívia tem cerca de um milhão e meio de hectares plantados, estando entre os principais exportadores de soja do mundo.

Como exemplo, o departamento de Beni, localizado no coração da Amazônia e onde vivem 18 dos 36 Povos Indígenas da Bolívia, não está isento dessas pressões, pelo contrário. Os governos que estão no poder desde 2016 promoveram a atualização do Plano de Uso do Solo (PLUS) e, em 2019, foram realizadas a revisão e a atualização do PLUS Beni. Segundo um estudo acadêmico, esse plano foi executado “sob a premissa de ampliar a fronteira agrícola e tirar o departamento da pobreza”. (3) No entanto, inúmeras organizações indígenas criticaram duramente o processo por não as levar em consideração ou não as consultar. Elas denunciam que só foram consideradas as opiniões dos setores empresariais, principalmente as dos pecuaristas, que têm interesses econômicos na expansão da fronteira agropecuária. (4)

Em última análise, o novo Plano PLUS Beni é uma ferramenta que permite a destruição da Amazônia, sem considerar os modos de vida dos numerosos Povos Indígenas que tradicionalmente habitaram e, portanto, conservaram esses territórios.

### **Dendê para “biocombustíveis”**

Outra das causas subjacentes aos incêndios, segundo denúncias de ativistas e organizações locais, está relacionada à promoção de culturas para a produção dos chamados “biocombustíveis”. Recentemente, sob pretexto de gerar empregos e reduzir a dependência em relação aos combustíveis fósseis, o governo boliviano lançou uma série de medidas que favorecem o plantio e a expansão de três novos cultivos: dendezeiro, pinhão-mansão e mamona. Ainda não muito amplas na Bolívia, essas três novas culturas vão se somar às áreas já existentes de soja, cana-de-açúcar, etc.

Até recentemente, o cultivo de dendê era desconhecido na Bolívia. Através do chamado “Programa de Fomento às Espécies Oleíferas”, o governo já criou mais de 18 viveiros com capacidade para produzir 48 mil mudas. O programa é voltado para a região amazônica, pois os dendezeiros necessitam de muita umidade para crescer, e seu objetivo é plantar uma área de 60 mil hectares em cinco anos. (5)

Segundo declarações feitas à mídia nacional pelo coordenador Javier Mamani Quispe, “o programa não resultará em desmatamento, e sim reabilitará solos degradados”. Contudo, a experiência com esse cultivo em países da África, da Ásia e da América Latina mostra que as plantações industriais de dendê não apenas causam desmatamento e contaminação de solos e fontes de água, mas também têm vários impactos sobre as pessoas que vivem dentro e em torno dos territórios ocupados por essas monoculturas.

Os milhares de hectares de florestas primárias queimadas serão declarados como terras degradadas e, portanto, plausíveis de ser ocupados com monoculturas de dendê?

A expansão do dendezeiro está ligada à violação dos direitos dos Povos Indígenas e das comunidades camponesas, bem como ao impacto sobre seus meios de vida e suas culturas. Já foram documentados muitos conflitos pelos direitos à terra. As mulheres, incluindo as

trabalhadoras, e as meninas sofrem as mais profundas injustiças e desigualdades diante da expansão dessa indústria e enfrentam formas contínuas de opressão. (6)

## **Mega-hidrelétricas e infraestrutura**

De mãos dadas com o extrativismo, também avança a construção de obras de infraestrutura necessárias ao processamento e transporte dos bens produzidos, como mega-hidrelétricas para gerar energia.

Por exemplo, na bacia do rio Beni, que atravessa o Parque Nacional Madidi – uma das áreas com maior biodiversidade do planeta – e a Reserva Pilón Lajas, o governo tenta, há anos, promover as mega-hidrelétricas de Chepete e Bala. Estima-se que 75% da energia produzida pela usina de Bala serão exportados ao Brasil. Os dois reservatórios inundariam milhares de quilômetros quadrados e causariam o desmatamento de mais de 100 mil hectares. Seis Povos Indígenas vivem nas terras a ser submergidas: Mosetenes, Chimanés, Esse-ejjas, Lecos, Tacanas e Uchupiamonas, sendo que este último é o povo ao qual Ruth pertence. (7)

Por enquanto, a construção das barragens está paralisada, mas o assédio e a pressão continuam. Da mesma forma, para construir barragens, é necessário fazer estradas, o que abriria o território a madeireiras e mineradoras, entre outras atividades destrutivas. Ruth explica: “É fato que toda essa avalanche de atividades extrativas, de regulamentações que as facilitam e incentivam, além das grandes infraestruturas de energia e transporte, os complexos industriais de duvidosa viabilidade técnica e econômica (como o engenho de açúcar de San Buenaventura) e os avanços de colonos e especuladores de terras, todos juntos, fazem parte de uma verdadeira cruzada de colonização e saque do norte, da Amazônia, onde quem tem muito a perder são as comunidades e os Povos Indígenas”.

## **A visão indígena sobre o desmatamento e suas lutas de resistência**

Porém, durante a conversa, Ruth destacou que, historicamente, os Povos Indígenas da Bolívia desempenharam um papel central na defesa dos territórios e ainda permanecem firmes em sua luta.

Como resultado das lutas dos Povos Indígenas da Bolívia – na Amazônia, no Chaco, nos Vales e no Altiplano – surgiu a Nova Constituição Política do Estado (CPE) de 2009. Ela reconhece os Povos Indígenas, os Territórios Indígenas, a Justiça Indígena Originária Camponesa e principalmente a Autonomia e a Autodeterminação dos Povos Indígenas em seus territórios por direito pré-existente, com base na Convenção 169 e na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Leis 3.760 e 3.897 na Bolívia).

No entanto, Ruth explicou que, em relação à Carta Magna e outras leis como a da Mãe Terra, têm sido sistematicamente emitidas outras leis e decretos que contrariam o que está estabelecido na Constituição. Segundo a análise de Ruth, são essas normas de nível inferior que acabam sendo impostas como política de governo, “legalizando o que é ilegal e inconstitucional para implantar

uma política econômica extrativista e capitalista na qual as normas são feitas para os grandes capitais e os empresários nacionais e transnacionais, na medida dos seus interesses.”

Assim sendo, por exemplo, entre 2013 e 2019, foi aprovado um conjunto de normas conhecidas como “normas incendiárias”, que ampliam direta ou indiretamente a quantidade de hectares a ser desmatados ou queimados, flexibilizando os mecanismos jurídicos que estavam vigentes no país. Da mesma forma, a Lei de Mineração e Metalurgia 535, do mesmo período, permite a mineração dentro de Áreas Protegidas sem cumprir normas como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e dentro de Territórios Indígenas, dispensando a realização da Consulta Livre, Prévia e Informada. (CLPI) aos Povos Indígenas, com o argumento de que os mineradores têm direitos estabelecidos antes da referida lei.

As políticas governamentais dos últimos anos, diz Ruth, favorecem os grandes poderes econômicos. “Essas políticas violam a integridade da Mãe Terra, tirando-lhe a virtude e a capacidade de dar, gerar e regenerar vida. Estão cortando suas veias, que são os rios, para fazer mineração de ouro com uso de mercúrio e para implementar megaprojetos hidrelétricos. Estão desnudando sua pele com o desmatamento implacável, inclusive com fogo, para o agronegócio e a pecuária. Estão envenenando seus órgãos produtores de oxigênio, como solos e florestas, com agroquímicos, para plantar soja ou dendê. Estão dinamitando e perfurando suas veias vitais, que são as fontes de água subterrâneas e superficiais, em busca de petróleo. Estão mutilando suas exuberantes montanhas e as margens de seus rios, que foram criadas para apreciar a beleza e a vida em abundância. Uma abundância de vida que hoje define porque as mineradoras que se escondem em supostas ‘cooperativas mineiras comunitárias’ ou atividades de ‘mineração em pequena escala’ para evitar o pagamento de impostos ou de insignificantes royalties de 2,5%, estão ligadas a transnacionais chinesas e brasileiras e a grandes empresas nacionais.”

Da mesma forma, Ruth esclarece que essas políticas estão submetendo os Povos Indígenas à pobreza extrema. “Não ter água significa pobreza extrema. “Nada é possível sem água”, ela adverte. “Então ocorrerá o processo de extinção da Amazônia por conta dos êxodos, porque nós, que desde tempos ancestrais a habitamos, cuidamos, protegemos e defendemos, teremos que sair para buscar algo que não temos mais em nossos lugares. Ou passaremos por um processo de transformação para ser os destruidores dos nossos próprios territórios, pois eles nos obrigarão a nos tornarmos garimpeiros ou plantadores de dendê para tentar sobreviver. E assim, uma vez despojados de toda a nossa dignidade, das nossas identidades, dos nossos princípios e valores, da nossa espiritualidade e veneração à sagrada Mãe Terra, dos nossos rios, das nossas montanhas, as florestas e os territórios ficarão sem os seus protetores, que somos nós, os Povos Indígenas.”

Mas, felizmente, dentro desse panorama cruel em relação ao futuro da Amazônia e de seus povos, Ruth compartilha sua visão de esperança, com os Povos Indígenas em luta constante.

Da mesma forma, as novas gerações estão começando a repensar o futuro que desejam. Para Ruth, à medida que os mais jovens começarem a compreender que nós, que vivemos hoje, não temos direito de privá-los do que eles têm para viver em um futuro muito próximo, a esperança aumentará.

LUTAR PELO TERRITÓRIO É LUTAR PELA VIDA!

E VIVER COM AUTODETERMINAÇÃO É UM DIREITO INALIENÁVEL DO NOSSOS POVOS  
INDÍGENAS!

Artigo elaborado com base em entrevista com Ruth Alipaz Cuqui, líder da Nação Uchupiamona, da Amazônia Boliviana, e membro da Coordenação Nacional de Defesa dos Territórios Indígenas Originários e Áreas Protegidas (CONTIOCAP), e nas seguintes fontes de informação:

- (1) [Izquierda Diario, Incendios forestales: los intereses agroindustriales ante la mirada tibia del gobierno](#), November 2023
- (2) Fundación Tierra, [Deforestación 2016-2021. El pragmatismo irresponsable de la “Agenda Patriótica 2025.”](#) June 2022
- (3) Rojas Calizaya, J; Anzaldo García, A., [El nuevo PLUS del Beni excluye a los actores y sus diversas visiones de desarrollo y atenta contra la Amazonía boliviana](#), Cipca, 2020
- (4) Cejis, [Análisis socioambiental del Plan de Uso de Suelo \(PLUS\) 2019 del departamento del Beni](#), 2020
- (5) RTP Bolivia, [Video: Engineer Javier Mamani Quispe, General Coordinator to foment production](#), January 2023
- (6) Ver Seção [“Óleo de dendê”](#) no site do WRM.
- (7) Boletim WRM, [“Sem Água não há vida: os rios da Amazônia boliviana”](#), setembro de 2022.

## Peru: Resistência e organização comunitária para a defesa da floresta

**As comunidades indígenas da Bacia Amazônica Peruana criaram uma rede para defender seus direitos territoriais e de autodeterminação. Sua luta não é apenas contra o desmatamento, mas também contra projetos de conservação e de mercado de carbono, como os de REDD, que geram mais injustiças e conflitos internos.**

A bacia do Putumayo cobre uma área de 12 milhões de hectares e representa 1,7% da bacia amazônica. O rio nasce na Colômbia e flui ao longo de grande parte da fronteira com o Equador e o Peru, até desaguar no Amazonas, no Brasil. É um dos poucos rios amazônicos que ainda flui livremente.

Grande parte dessa bacia, principalmente na região do Peru, cobre territórios indígenas e áreas protegidas criadas por Estados sem levar em conta os direitos territoriais dos povos que vivem na região. Além disso, ali também existem extensas áreas de floresta intacta, onde vivem Povos Indígenas em Isolamento Voluntário.

Os Povos Indígenas que hoje habitam a região já enfrentaram o que foi chamado de genocídio do Putumayo, ocorrido entre 1879 e 1913, durante a febre da extração da borracha. Estima-se que cerca de 100 mil indígenas da região amazônica tenham sido brutalmente explorados, abusados e torturados (1) pelas empresas de borracha.

### A maldição dos recursos

Tal como acontece em outras áreas da Amazônia, a região da Bacia do Putumayo sofre os terríveis impactos do desmatamento e da degradação florestal, principalmente como resultado da mineração e da exploração de madeira. Além disso, nos últimos anos, as máfias que controlam ambos os negócios se envolveram com as do tráfico de drogas e as guerrilhas armadas (2). O resultado é o aumento da presença de grupos criminosos armados, ao que se soma a ausência do Estado no cumprimento de seu papel de garantir os direitos do povo.

A tranquilidade em que viviam as comunidades indígenas às margens do Putumayo está se perdendo. A violência se tornou um problema cotidiano. Os traficantes de drogas estão usando a região para expandir as plantações de coca, o que representa uma ameaça aos territórios indígenas. As comunidades não têm possibilidade de recusar a invasão de seus territórios pelos traficantes de drogas. Ao mesmo tempo, a total ausência de programas estatais destinados a gerar alternativas de vida, principalmente para os mais jovens, faz com que esse grupo da população seja tentado a se juntar a gangues criminosas.

O Peru tem a segunda maior área de floresta amazônica, ficando atrás apenas do Brasil. Também ocupa o terceiro lugar em termos de índices de desmatamento, atrás do Brasil e da Bolívia. Um

relatório recente estima que, nas últimas duas décadas, foram perdidos mais de 2,7 milhões de hectares de florestas, entre outras causas, em função das plantações de dendzeiros. (3)

Para complicar ainda mais o futuro das florestas amazônicas e das inúmeras comunidades indígenas que ocupam esses territórios há milênios, no início do ano, o congresso peruano aprovou uma série de modificações na Lei de Florestas e Fauna Silvestre. Organizações indígenas e da sociedade civil denunciam que a lei não só foi aprovada às pressas e sem respeitar os prazos parlamentares, mas também que as alterações promovem o desmatamento e facilitam a concessão de direitos sobre suas florestas a terceiros. “Violaram nossos direitos à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado. Ainda mais grave, essa alteração promoverá a desapropriação de nossos territórios ancestrais integrais e aumentará as ameaças à vida dos defensores ambientais indígenas, bem como à vida e à integridade biológica, cultural, ambiental e espiritual”, afirmaram em carta enviada às autoridades do Congresso (4).

A Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP), organização que reúne vários povos indígenas amazônicos, divulgou um comunicado no qual rejeita as alterações na Lei Florestal. Entre os argumentos, expressam que o mais prejudicial dessa alteração é a mudança no uso de áreas florestais e terras protegidas para fins agrícolas, o que acontecia de forma excepcional e em conformidade com regras técnicas. “No entanto, agora as mudanças podem ser feitas ‘legalmente’, sem respeitar critérios técnicos, permitindo o atentado às florestas, que nos protegem dos impactos da crise climática”, alertaram (5).

As alterações resultam em benefícios claros para setores agrícolas, como o dendê, que agora pode acelerar sua expansão na Amazônia.

Apesar do contexto difícil, as comunidades que vivem na bacia do Putumayo ainda resistem e procuram formas de permanecer em seus territórios.

O WRM conversou com Arlen Ribeira, indígena do povo Witoto, no Peru:

**WRM: Arlen, nos conte um pouco sobre você.**

Meu nome é Arlen Ribeira. Sou indígena do povo Witoto [também autodenominado Muina Murui]. Vivo na fronteira do Peru com a Colômbia, e todas as minhas gerações anteriores foram vítimas do período da borracha. Parte da nossa família, que sobreviveu, partiu de La Chorrera, na Colômbia, fugiu e se estabeleceu ao longo do Putumayo para sobreviver e não ser perseguida pelos seringalistas.

Desde muito pequeno, eu convivo com meus avós e com os mais velhos, os sábios. Fui criado em maloca. A maloca é a nossa casa indígena tradicional, a casa da sabedoria. Então eu tenho uma ligação muito forte com a luta dos nossos povos. Promovi a proteção territorial e humana dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial e participei de inúmeros eventos no Peru, mas também em nível internacional, ligados à defesa do território.

**WRM: Recentemente, foi criada a “Rede de Territorialidades Indígenas da Bacia Amazônica para a Autodeterminação” (Rede Tica). Você pode nos dizer o que é essa Rede e quais são seus objetivos?**

Essa rede só começou a tomar forma no ano passado (2023). Reunimos membros de quatro federações que possuem muitas áreas naturais protegidas e onde também habitam (em seus territórios) Povos Indígenas isolados e em contato inicial.

Nossas organizações que compõem a Rede Tica são a Federação das Comunidades Nativas Fronteiriças do Putumayo e a Comunidade Matses, localizada em Loreto e com um dos maiores territórios, que inclui áreas protegidas. Também são membros da Rede Tica os irmãos Iskonawa, da Associação Iskonawa para o Desenvolvimento, que estão na Serra do Divisor. E, por fim, a Federação das Comunidades Nativas do Purus, que também tem em seu território a maior área protegida do Peru; eles estão em Pucallpa, Ucayali.

Os territórios de todas essas comunidades e federações cobrem cerca de 13 milhões de hectares (o tamanho da Nicarágua). Parte das nossas reivindicações e da nossa luta é que sejam reconhecidas todas aquelas áreas naturais protegidas criadas pelo Estado, muitas vezes sem conhecimento adequado por parte dos Povos Indígenas, como os nossos territórios que nos foram tirados. Que a situação seja revertida de uma forma ou de outra. Ou, na falta disso, pode haver alguma regulamentação que garanta os nossos direitos sobre esses territórios, os nossos costumes, os nossos lugares sagrados e os nossos direitos de uso da floresta que sempre tivemos como fonte de subsistência.

Além disso, vemos que há uma enorme luta supostamente empreendida pelos Estados contra as mudanças climáticas. Mas no dia a dia, quem está lutando efetivamente contra as mudanças climáticas são os Povos Indígenas, através das nossas florestas.

Nossos territórios geram chuvas, e essas chuvas vão para diversos lugares, chegam à Argentina, passam pelo Brasil e atravessam o mundo. Em outras palavras, desempenham um papel muito importante.

Além disso, também queremos que nossos territórios e nossas contribuições à luta contra as mudanças climáticas sejam reconhecidos. Mas não queremos projetos de carbono, como os de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), não queremos o projeto de carbono como foi concebido porque representa uma grave ameaça à posse das nossas terras. Além disso, essa forma como ele está concebido contribui para o aquecimento global, porque significa que as empresas que praticam REDD não estão reduzindo suas emissões.

Eles mandam cuidar das florestas, mas continuam poluindo. E esse projeto de REDD, como todos os negócios de carbono, está associado a uma série de armadilhas nas quais os Povos Indígenas perdem a titularidade (da terra). A ameaça é a perda de territórios, de recursos biológicos e de direitos humanos e coletivos. Além disso, geram deslocamento e fome porque fazem contratos de 20 ou 30 anos sem pensar no futuro dos povos. E os recursos (econômicos) supostamente gerados

pelos projetos de carbono como o REDD são apenas mentiras, nada mais. Os poucos recursos que às vezes chegam às comunidades só geram divisões e conflitos internos entre seus membros. E esses conflitos internos levam algumas famílias a tomar decisões diferentes para negociar florestas.

Então, o que buscamos é garantir a nossa própria autonomia. Essa autonomia indígena é o que vem contribuindo para a sustentabilidade da biodiversidade, das florestas e do nosso planeta. Significa que somos nós que apoiamos o planeta através dos nossos conhecimentos, e o que queremos é chamar a atenção dos Estados e da comunidade internacional. Nós, Povos Indígenas, temos a solução climática, sem a necessidade de destruir sociedades, sem a necessidade de desapropriar territórios como estamos vendo agora.

Assim, também através do REDD foram criadas muitas áreas naturais protegidas. E isso é muito grave e prejudicial para os nossos direitos. Deveria ser dada mais atenção às propostas dos Povos Indígenas, por exemplo, na Conferência das Partes sobre as Mudanças Climáticas, com o objetivo de travar uma luta efetiva. Temos muitas áreas naturais protegidas e não temos acesso nem nos beneficiamos de fundos climáticos ou fundos de conservação. Esse é o nosso grande problema. Só os nossos territórios ancestrais são cerca de 13 milhões de hectares sobre os quais foram criadas áreas naturais protegidas, e as quatro federações não têm qualquer tipo de benefício em termos de conservação ou das mudanças climáticas. Então, o que buscamos é governar nossos territórios, de forma autônoma, com livre determinação, e também respeitando a Convenção 169 e a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas.

### **WRM: Como a Rede Tica estabeleceu uma posição contrária e crítica às políticas de REDD?**

Bom, eu trabalhei com nossos irmãos de Purus, com os Matses e com os irmãos Iskonawa. Tivemos conversas. Pensando naturalmente, que papel o nosso território desempenha e por que o estão tirando de nós? Aí vemos que falam de tantos bilhões de dólares, e aparecem muitas ONGs articuladas com o Ministério do Meio Ambiente, e são elas que expropriaram os nossos territórios. E depois realizam oficinas ou congressos e limitam o uso dos nossos territórios. E nós nos perguntamos: por que essas coisas acontecem? A que se deve isso? Então, a partir do nosso pouco conhecimento, por não termos muito acesso a capacitações, analisamos que existe um negócio obscuro que ninguém nos conta. E esse negócio obscuro é o carbono.

Por exemplo, no território dos Iskonawa, foi criado o Parque Nacional Sierra del Divisor. Como estão participando os irmãos Iskonawa? Dividiram os territórios deles, eles não têm acesso aos recursos, e sentem que seu próprio território está sendo expropriado e não têm título de propriedade. Quando querem se estabelecer em uma área, são retirados de lá. Em outras palavras, voltamos a ser nômades. Tiram nossos espaços e já não podemos mais viver em nosso território ancestral.

Foi assim que criamos a Rede Tica, mas é um processo longo, de muita luta. E apelamos às instituições para que demonstrem solidariedade, para que nos apoiem. Porque ao fazer a reivindicação territorial, também sofremos ameaças, também sofremos com as autoridades tanto

do Peru como das ONGs que se unem e tentam dividir as nossas organizações, destruir a nossa unidade territorial para que não possamos reivindicar os nossos direitos.

Estamos preocupados com como viveremos daqui a 20, 30, 40, 50 anos, caso deixem nosso território cada vez menor. Já não conseguiremos satisfazer as nossas necessidades básicas como alimentação, caça, pesca e coleta. O Estado também não cria projetos alternativos. E ainda por cima entram os madeireiros e garimpeiros ilegais, abrindo estradas sobre nossos territórios indígenas, além das áreas protegidas. Nosso futuro é muito incerto.

E se não nos levantarmos agora com ajuda solidária, para que a nossa voz possa ser ouvida, o futuro será muito difícil para as nossas comunidades. Acho que vai haver mais pobreza, mais necessidade. E vocês sabem que o Governo não está presente na Amazônia peruana. Não vivemos do Governo. Vivemos da floresta.

E o que acontecerá depois, quando houver necessidade de aproveitar mais territórios ancestrais? Porque nós não depredamos a Amazônia, sempre tivemos nossas florestas, e onde há indígenas, sempre houve florestas, e nessas florestas que conservamos, o Estado já criou áreas naturais protegidas. Essa é a nossa grande preocupação.

### **A posição dos governos na Cúpula de Belém**

No ano passado, houve um encontro entre dois presidentes da região amazônica, na Cúpula de Belém, no Brasil, que emitiram a Declaração de Belém. Os presidentes expressam sua visão sobre o futuro da Amazônia e levantam a necessidade de continuar o desenvolvimento como forma de combater a pobreza, promovendo projetos extrativistas, como agronegócio, mineração, etc. Afirmam que é necessário combater as atividades “ilegais” e, portanto, não questionam a mineração, por exemplo, desde que seja “legal”. Assim, temos uma das maiores minas do mundo, de propriedade da empresa Vale, no coração da Amazônia, com todas as suas licenças e autorizações em dia. Paralelamente, a declaração estabelece a necessidade de políticas de proteção do tipo REDD.

### **WRM: Qual a sua opinião sobre essa visão de que os governos continuam apoiando o extrativismo “legal”?**

Eu estive na Cúpula de Belém. Essa reunião foi declaratória, nada mais. Imagine que o Peru, um dos signatários da declaração, acaba de aprovar uma nova lei florestal na qual estão praticamente autorizadas as expropriações, as invasões territoriais. Ou seja, os governos não cumprem e não melhoram as condições de vida, pelo contrário, eles nos empobrecem. Dizem: “vamos desenvolver o Putumayo, vamos construir estradas”. Para os indígenas, essas estradas significam mais pobreza, invasões, criminalidade. Pela estrada chegam mais garimpeiros ilegais, madeireiros ilegais, narcotráfico, violência, exploração humana, expropriação territorial, migração vinda de outras partes. A estrada serve para o empresário extrair todos os recursos que existem em um lugar. A única coisa que nós indígenas temos que fazer é não dar crédito a essas declarações, não confiar nesse tipo de declarações. Pelo contrário, o que temos que fazer é trabalhar pela nossa

autodeterminação, proteger o nosso território, os nossos direitos e a forma como vamos viver. Como me disse meu avô: “Eu não tenho dinheiro, eu não tenho riqueza. Até onde você conseguir enxergar a floresta, você pode caminhar lá, e disso você vai viver. “Cuide e observe como fazemos a nossa agricultura, temos abundância, temos saúde, não falta comida e não falta alimento.” Essa é a nossa riqueza.

(1) Thomson, N.; Pineda Camacho, R. [El libro rojo del Putumayo](#), 1913.

(2) Rio de vida y muerte, [Rio Putumayo](#).

(3) Environmental Investigation Agency (EIA), [New report exposes illegal Amazon deforestation as Peru approves scandalous ‘amnesty’ law forgiving past forest crimes](#), February 2024

4) [Organizaciones indígenas nacionales rechazan la modificatoria de la Ley Forestal que atenta contra los derechos indígenas](#), January 2024

(5) Pronunciamento: [Rechazamos aprobación de la modificación de la Ley forestal y de fauna silvestre que vulnera derechos colectivos de los pueblos indígenas y pone en riesgo la Amazonía](#), December 2023

## Yasuní: os alcances de uma vitória

**A decisão do povo equatoriano de interromper a extração de petróleo no Parque Nacional Yasuní implica agora novos desafios: como recuperar um território sacrificado e fazer justiça nas áreas afetadas, com a solidariedade de todo o país.**

No dia 20 de agosto de 2023, o povo equatoriano foi às urnas em eleições antecipadas para eleger o presidente e os membros da Assembleia Nacional. Além disso, houve duas consultas populares: em Quito, para interromper a mineração no Chocó-Andino e, em nível nacional, para deixar o petróleo no solo do chamado bloco ITT, no Parque Nacional Yasuní. Quase 60% dos eleitores do país disseram sim ao Yasuní. Isso significa que, dentro de um ano, os poços de petróleo devem ser fechados, a infraestrutura, removida, e se deve iniciar um processo de reparação da zona afetada.

O Parque Nacional Yasuní é uma das áreas com maior biodiversidade do mundo e abriga povos indígenas, incluindo os Tagaeri e os Taromenane, que estão em isolamento voluntário. No solo do Yasuní também há petróleo, com três blocos petrolíferos em seu território. O bloco 16, que está em declínio e que passou das mãos da REPSOL para a estatal equatoriana, o bloco 31, que tem muito pouco petróleo bruto, e o ITT ou bloco 43, operado pela estatal PetroEcuador. Em 2016, teve início a extração em seus campos, que contavam com reservas comprovadas de quase 900 milhões de barris de petróleo. Esse óleo é muito pesado, de forma que sua extração requer muita energia, gerando grandes quantidades de resíduos de águas tóxicas e outros poluentes no processo.

Em função dessa realidade e da luta de muitas organizações e grupos, a vitória do Yasuní foi sem dúvida muito esperada e comovente, mas como todos os êxitos, gera desafios.

O Bloco 43, Ishpingo-Tambococha-Tiputini (ITT), no Yasuní, é uma área onde foi construído um enclave petrolífero que deve ser desmontado e retirado do local. Mas o que significa essa retirada? Como se recupera um território sacrificado? Quais são as ações judiciais para enfrentar os abusos cometidos contra a natureza e a população do Yasuní?

Como pano de fundo, vale lembrar que, em 22 de agosto de 2013, nós, de vários grupos autorreconhecidos como o Yasunidos, apresentamos ao Conselho Nacional Eleitoral do Equador um pedido de consulta popular com a seguinte pergunta: “Você concorda que o governo equatoriano mantenha o petróleo bruto do ITT, conhecido como bloco 43, indefinidamente no solo?” Essa consulta popular buscava proteger a vida e o território dos povos indígenas Tagaeri e Taromenane e das comunidades de vida do Parque Nacional Yasuní.

Dez anos depois, em 20 de agosto de 2023, após superar todos os tipos de obstrução por parte do Estado, foi realizada a consulta do Yasuní. Ao mesmo tempo, ocorreu uma consulta regional no Cantão de Quito que visava proibir as atividades de mineração em outra área megadiversa do país, o Chocó Andino. Nessa consulta popular, quase 69% dos residentes de Quito votaram Sim à vida, contra a mineração.

## Aprendizagens

O debate sobre a consulta popular foi amplo. O dilema de manter o extrativismo ou interrompê-lo se tornou central durante o processo eleitoral. Apesar de a maioria dos candidatos e candidatas presidenciais ter se oposto abertamente à manutenção do petróleo no solo e de os principais meios de comunicação terem mostrado uma clara inclinação a convencer as pessoas a votarem negativamente, a resposta à consulta foi positiva, recebendo o apoio de 59% do eleitorado nacional. Nenhum dos candidatos recebeu tanto apoio.

De acordo com o disposto na decisão 6-22-CP/23 do Tribunal Constitucional, com a vitória do Sim na consulta sobre o Yasuní, o Estado é obrigado a realizar uma retirada progressiva e ordenada de todas as atividades relacionadas à extração de petróleo em um prazo não superior a um ano, a contar da notificação dos resultados oficiais. O Estado também não poderá exercer ações destinadas a iniciar novas relações contratuais para continuar a exploração do bloco 43.

A consulta do Yasuní nos deixa várias lições:

- As batalhas são longas, difíceis e ocorrem em muitas escalas. Mas é possível construir uma consciência ecológica e social. E podemos derrotar as forças retrógradas que impõem o culto ao capitalismo e ao extrativismo, a ponta de lança da acumulação e da apropriação de recursos.
- Disputar o futuro é cuidar da vida e da natureza, que não é alheia nem distante. Ela engloba as florestas e as suas gentes, os rios e as cidades, os diversos seres e as relações nos nossos territórios. A natureza não é uma adversária, e sim uma aliada. Os desastres atuais e os que se projetam não são naturais, e sim uma construção feita por ações e inações globais e locais.
- As transições – já inevitáveis – devem incorporar na agenda não só a interrupção das fronteiras extrativas, mas também a recuperação dos territórios sacrificados e sua restauração. Não é uma batalha apenas pelo futuro; é uma batalha para reconstruir o que foi danificado, para recuperar a capacidade de autorregeneração da natureza, a autodeterminação dos povos sobre os territórios e a autonomia na solução de problemas e conflitos.

Houve diversas tentativas de desobedecer ao mandato popular, bem como alegações sobre a impossibilidade de aplicá-lo. O ex-ministro da Energia do governo Guillermo Lasso adiantou-se ao dizer que “nunca na história do mundo um campo tão importante, que produz quase 60 mil barris por dia, foi paralisado”. No entanto, a empresa Petroecuador já apresentou o cronograma de fechamento, e planeja iniciá-lo em 31 de agosto de 2024. Isso nos dá tempo de nos prepararmos para esse processo e monitorá-lo no território.

O ano de 2024 será de grande atividade dentro do Yasuní. A Corte Interamericana de Direitos Humanos deve fazer uma visita relativa ao caso dos Povos em Isolamento Voluntário, antes de emitir sua decisão sobre a falta de proteção por parte do Estado. As pessoas que vivem no Yasuní chamam a atenção para o descumprimento dos direitos econômicos, sociais e culturais e para a dependência em relação à indústria petrolífera.

Há também pressão de grupos de poder ligados à indústria petrolífera que resistem a perder uma fonte de receita. São apresentados números – sem qualquer explicação – sobre os custos do desmantelamento, e muitos falam de novos cenários de corrupção. Não há informações sobre o que a indústria reconhece como “ativos e passivos” que precisarão ser retirados.

O ano de 2024 será de muita reflexão e propostas feitas por quem luta pela vida e pela natureza, certamente com a cumplicidade e a ajuda da própria natureza. Momentos para repensar a construção da utopia e reconstruir a autonomia e a soberania. Hora de fazer justiça nas áreas afetadas pelas atividades petrolíferas com a solidariedade de todo o país e, acima de tudo, de repensar, a partir de baixo, os verdadeiros custos e impactos dessas operações petrolíferas, desde a exploração até a retirada e a reparação integral.

Quando se fala de operações petrolíferas, sabemos que há uma série de estudos e procedimentos que as empresas tinham de submeter para obter suas licenças, e um desses estudos era o plano de abandono. O que não sabíamos é que “abandono” não significa afundar plataformas nem deixar poços abandonados.

Uma verdadeira reparação do Yasuni-ITT deve significar retirar tudo, para que permaneça como estava antes das atividades que nunca deveriam ter sido realizadas. A infraestrutura deve ser desmantelada, removida, os ecossistemas devem ser reabilitados, e se deve restaurar, reparar, recuperar a autonomia dos povos e da natureza.

**Esperanza Martínez**

Acción Ecológica

## Colômbia: A “transição energética” põe em risco o noroeste da bacia amazônica

**Mocoa está localizada entre a cordilheira dos Andes e a Amazônia colombiana, no meio de uma das bacias hidrográficas mais importantes do país, território onde coexistem comunidades indígenas, afrodescendentes, agricultores e colonos. A crescente procura por minerais para “descarbonização” no mundo coloca a região em sério risco, à medida que as empresas mineiras tentam avançar com a extração do cobre que existe no solo.**

Neste século, a transição energética é um desafio importante para a humanidade, e é promovida como sendo a estratégia diante da crise climática, do aquecimento global, do desequilíbrio planetário, do desaparecimento de espécies, etc. Está em jogo a vida e, se continuar a tendência de consumo de derivados de combustíveis fósseis e minerais que liberam CO<sub>2</sub> – principalmente nos países do Norte global e pelas elites nos países do Sul –, o processo de autodestruição será irreversível.

A transição energética não é algo novo. Na história, há registro das mudanças que os seres humanos foram adotando e adaptando para melhorar seu bem-estar: por exemplo, o atrito das pedras produziu fogo e eles passaram de comer alimentos crus a deliciosos churrascos, houve os avanços nos sistemas de transporte – a vapor, ferroviário, motorizado e aéreo – e a industrialização levou à dependência de combustíveis fósseis. Durante o século XX, o desenvolvimento de novas tecnologias implicou um aumento progressivo do consumo de minérios, incluindo o cobre.

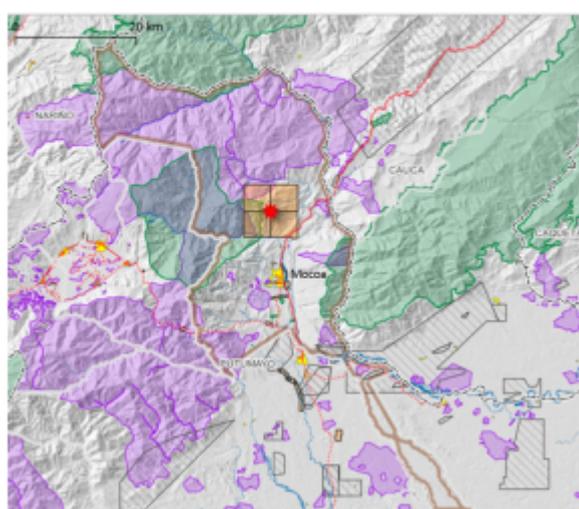
O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, tem proposto que a transição energética seja assumida como um dever de todos os países, por meio de apelos à redução do consumo de combustíveis fósseis e das emissões de CO<sub>2</sub>. No país, esses postulados geram tensões com os setores de mineração e de petróleo e gás, e é difícil abandonar esse modelo.

Por outro lado, quando se fala em transição energética, pouca ou nada se diz sobre as inúmeras experiências comunitárias que implicam uma soberania energética verdadeira, as quais contrastam com projetos de desenvolvimento de maior escala, envolvendo parques eólicos e painéis solares, instalações que exigem grandes quantidades de minérios, como cobre e terras raras, mas que, como o processo final de produção de energia não libera CO<sub>2</sub>, são classificadas como “limpas”.

Nesse contexto, acentua-se a demanda por minérios para a descarbonização no mundo e a transição energética resulta em um discurso ameaçador no noroeste da Bacia Amazônica, uma vez que essa área se sobrepõe a uma das jazidas de cobre do país. Atualmente, a empresa canadense Libero Copper (registrada na Colômbia como Libero Cobre) possui quatro licenças de mineração em processo de exploração (na imagem 1, em vermelho). No imaginário coletivo, presume-se que o destino final seja a exportação do minério.

A área dos títulos está localizada a 10 km da zona urbana de Mocoa, capital do departamento de Putumayo. Sua projeção de exploração é de aproximadamente 2 milhões de toneladas de cobre e 232 mil de molibdênio (1). Essas licenças foram adquiridas durante o governo Álvaro Uribe (2002 - 2010), no período denominado “pinhata mineira”, em que foram vendidas grandes áreas de terras para o extrativismo mineiro-petroleiro do país.

### Antecedentes: La “piñata minera” (2002-2010)



- AGA (2004) – Mocoa Ventures (B2Gold, 2009) => Libero Cobre (2018)
- Proyecto Mocoa – 7800 ha – Fase del POA - de 4600 M de libras de cobre y 510,5 M de libras de molibdeno – Pit 177 ha

- Area Proyecto Licenciado (ANLA, 2022)
- Proyecto Mocoa de Libero Cobre
- Limite Mocoa (DANE, 2017)
- Títulos mineros vig. Putumayo (ANM, 2022)
- Areas Protegidas (RUNAP, 2023)
- Resguardo Indígena Legalizado (ANT, 2021)
- Area urbana (DANE, 2021)

### Antecedentes: A “pinhata mineira” (2002-2010)

## Mocoa: uma cidade andino-amazônica

Na fronteira sudoeste do país fica Mocoa, a 630 km de Bogotá. A cidade se destaca tanto socioecológica quanto bioculturalmente, com aproximadamente 63.639 habitantes ou 16,6% do total da população do departamento, constituída etnicamente por indígenas, afrodescendentes, camponeses e colonos. Territorialmente, existem cinco terras indígenas: Inga Condagua e Yunguillo; Inga-Camëntsa; La Paila Naya; Inga e koreguaje, e La Florida-Nasa, além de Câmaras Municipais das cidades de Siona, Yanacona, Pastos e cinco Conselhos Comunitários de Afrodescendentes.

O território é um amálgama de culturas onde a ancestralidade se expressa: algumas famílias usam sementes, fibras e argila na fabricação de produtos artesanais para sustento econômico. As pessoas também vivem do turismo de natureza, da produção agrícola e, na área urbana, do setor de serviços e comércio.

Geograficamente, Mocoa está localizada na confluência entre o Maciço Colombiano e a Amazônia. Conhecida como estrela hídrica, a área é um dos territórios mais importantes do país em termos de nascentes (2). Além disso, compartilha com o município de São Francisco a área da Reserva

Florestal Protetora da Bacia Alta do rio que leva seu nome, o Mocoa (RFPCARM). É uma Reserva Ecoestratégica porque é o corredor que liga vários Parques Nacionais Naturais (PNN) e Reservas Ambientais: Cueva de los Guacharos, Laguna da Cocha, Santuário de Flora e Fauna Galeras, Santuário de Flora Isla de la Corota, Reserva Natural Paway Mariposario e Santuário de Flora Plantas Mediciniais Orito Ingi-Ande.

O território é atravessado por 21 nascentes, oito rios e 13 córregos (3), que compõem o leque do Rio Mocoa. Este, por sua vez, alimenta a Bacia Alta do Rio Caquetá, terra de belas paisagens, composta por páramos, terraços e vales de muita riqueza sedimentar e esplêndida biodiversidade. Suas montanhas servem de refúgio para espécies ameaçadas de extinção, como o urso-de-óculos, a anta-da-montanha e a onça-pintada (4). Além disso, há a árvore da espécie *Elaeagia pastoensis*, popularmente conhecida como mopa-mopa, da qual é extraído o verniz, matéria-prima usada pelos artesãos de Pasto (Nariño). (5) Essas espécies são classificadas como vulneráveis à extinção devido à perda de habitat e outros fatores.

Por estar localizada na transição andino-amazônica, Mocoa tem condições atmosféricas especiais. Entre elas, um clima quente e úmido, com precipitações que ultrapassam os 4.000 milímetros anuais, uma geografia de altas encostas, que variam de 600 a 3.200 metros acima do nível do mar, e solos geologicamente jovens em formação, o que torna essa região uma zona de erosão ativa.

### O território andino-amazônico sob ameaça

Há mais de quatro décadas são realizados estudos sobre o potencial de Mocoa para a mineração. Na década de 1970, foi assinado um acordo entre o antigo Instituto Nacional de Pesquisas Geológico-Mineiras (INGEOMINAS) e a ONU. A tabela anexa é o resumo do relatório realizado em 31 poços perfurados na margem direita do Rio Mocoa.

Variável		Tipo		
		Céu aberto	Subterrâneo	Combinado
Reservas	Toneladas	203.666.000	222.852.000	204.616.000
Teor %	Cu	0,4319	0,3837	0,4045
	Mo	0,0621	0,0670	0,0700
Operação	Diária (Ton)	30.000	30.000	30.000
	Anual			
Vida Mina	Anos	21	23	8
Reprodução	5	5	5	

Fonte: Relatório INGEOMINAS nº1891 de 1982.

A projeção do Relatório do INGEOMINAS é preocupante, considerando a elevada fragilidade ambiental de Mocoa, pois, contraditoriamente, os benefícios também implicam riscos. O leque hídrico, a geomorfologia jovem do solo e, ainda, o fato de se situar na zona de transição entre

placas tectônicas – por ser atravessado por falhas geológicas – torna-o propenso aos impactos das mudanças climáticas.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas faz alertas constantes sobre a degradação do planeta, dizendo que os efeitos serão mais evidentes em territórios de elevada fragilidade ambiental. Fomos testemunhas disso no dia 31 de março de 2017, quando eclodiu a Tragédia de Mocoa: uma enxurrada torrencial inundou 17 bairros, cinco dos quais ficaram completamente destruídos. A avalanche deixou mais de 333 mortos, 398 feridos graves e 71 desaparecidos, segundo registros oficiais (6), mas a população fala em números maiores. Nos bairros destruídos, viviam vítimas de deslocamento forçado, na grande maioria, e como em todas as cidades do mundo, são esses migrantes que ocupam as margens da cidade.

Posteriormente, um ano após a tragédia de abril, os presidentes das Juntas de Ação Comunitária (JAC) dos distritos de Pueblo Viejo e Montclar foram informados de que a empresa canadense B2 Gold realizaria trabalhos de exploração e precisava de uma licença social, para a qual nos chamavam a reunir a comunidade. Diante dessa ameaça e com a lembrança viva do desastre, no dia 5 de maio de 2018, os cidadãos de Mocoa realizaram uma grande mobilização acompanhando os presidentes das JACs da região para expressar sua total rejeição e seu desacordo em relação à suposta exploração de nossas montanhas. Entre outras razões, porque parte das licenças de mineração se sobrepõem aos territórios coletivos dos Resguardos Inga de Condagua e Camëntsa de São Francisco.

Como resposta política a essa mobilização, o Conselho Municipal aprovou o Acordo 020 de 2018, que diz o seguinte: “O Município de Mocoa deve assumir como prioridade a política de proteção ambiental, o que implica explicitamente a proibição das atividades de mineração, tendo presentes” esses fatos [e continua] “que, pela magnitude da tragédia, devem levar o Governo Municipal a aderir aos princípios da precaução, prevenção, rigor subsidiário e progressividade”.

### **Mimetismo empresarial**

Como mencionado acima, a “pinhata mineira” implicava que o solo do território estivesse nas mãos de empresas canadenses: Mocoa Ventures, B2 Gold e até algumas com nomes que soam como um território, como o “Projeto Mocoa”, da Libero Cobre. Como a B2 Gold, que operava por meio da subsidiária Mocoa Ventures, perdeu o prazo de exploração e não obteve a licença social, ela vendeu os títulos para a Libero Copper Corporation, empresa que adquiriu 100% do “Projeto Mocoa” em 7 de maio de 2018.

A entrada da Libero Cobre representou uma ameaça maior de possível exploração para organizações de defesa e a cidadania. Suas ações geraram vulnerações e violações das normas locais, pois passaram por cima do Acordo Municipal 020. Ao mesmo tempo, fraturaram o tecido social cooptando parte da população da região com a oferta de empregos, o uso de meninos e meninas em propagandas da empresa e outros impactos, o que levou institutos como o Observatório de Conflitos Ambientais (OCA), da Universidade Nacional da Colômbia, e o Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas (SINCHI) a classificar o caso como conflito socioambiental.

## Resistência ao extrativismo

Para as organizações sociais, a suposta exploração causaria danos ambientais incalculáveis, e a vida no território não seria possível. Na condição de cidadãos, nos unimos em uma aliança no Coletivo Guardiões da região andino-amazônica e, com o apoio de ONGs de Bogotá, foram promovidas mobilizações, audiências públicas, e reivindicações às entidades de controle e à autoridade ambiental. Também foram realizados eventos culturais: a primeira e segunda versões do Festival Água, Montanha e Vida (2022; 2023).

Para encerrar, vale destacar que esse caso de suposto extrativismo de cobre na Amazônia colombiana se torna cada dia mais visível, a ponto de termos conseguido colocá-lo nas agendas dos Ministérios do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia. E já passou da hora de se instalar uma mesa que, por decisão do Conselho de Estado, limite a desorganização da mineração no país, além de especificar o que está proposto no Plano Nacional de Desenvolvimento do atual governo: organizar o território em torno da água! (7)

### Constanza del Pilar Carvajal Vargas

Ativista socioambiental e acadêmica

Coletivo Hilos de Vida – Guardianes de la Andino-Amazonía

Com a colaboração de: Lucia Barbosa Diaz e William Mauricio Rengifo Velasco.

(1) Michel Rowland, Robert Sim and Bruce Davis in: [Liberio Copper & Gold Corporation](#). Vancouver, British Columbia, Canada, January 2022. TechnicalReportMocoaCu-MoDepositColombia150618.pdf Accessed in January 2022.

(2) No Maciço Colombiano nascem os rios Magdalena e Cauca, que atravessam o país de sul a norte até o Oceano Atlântico; o rio Patía segue para oeste até o Oceano Pacífico, e o Caquetá, na Amazônia oriental, entra no Brasil até o Amazonas. E na ramificação do Nudo de los Pastos, no município de San Francisco, nasce o rio Putumayo, que percorre aproximadamente 840 km. Suas águas são a fronteira internacional do nosso país com o Equador e o Peru, e ele entra no Brasil, onde contribui com seu fluxo para o Amazonas.

(3) POMCA, Mocoa 2022.

(4) International Union for Conservation of Nature (IUCN).

(5) [The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization \(UNESCO\) recognized the “Knowledge and Techniques associated with the Pasto Varnish, Mopa-Mopa” as an Intangible Cultural Heritage of Humanity](#). December 21, 2020.

(6) Tragedia de Mocoa: ¿por qué condenaron a la Nación? El Tribunal Administrativo de Cundinamarca condenó al Estado por lo ocurrido en marzo de 2017. Notícia online de 14 de julho de 2022.

(7) Departamento Nacional de Planeación. [El agua, eje central para hacer de Colombia “una potencia mundial de la vida](#). março de 2023.

## As contradições da conservação: O território do povo Ka'apor, na Amazônia brasileira

**O povo Ka'apor vive na região do Alto Turiaçu, no noroeste do estado do Maranhão, no Brasil. É o maior território indígena da Amazônia Oriental e a maior porção de floresta preservada daquela região. Empresas estrangeiras chegaram lá propondo projetos de REDD, causando conflitos e rejeição por parte da comunidade, que se organiza para resistir.**

A parte oriental da Amazônia no Brasil tem as maiores taxas de desmatamento e degradação florestal do país. Contudo, nesse vasto território ainda existem grandes áreas em boas condições de proteção, que, como confirmam estudos científicos em vários locais do planeta, geralmente correspondem aos territórios de Povos Indígenas e/ou comunidades locais (1). Uma dessas áreas é a Terra Indígena Alto Turiaçu, onde vive o povo Ka'apor, que se estende por 530.524 hectares distribuídos em seis municípios do noroeste do Maranhão. Ali mora uma população de aproximadamente 2.600 pessoas distribuída em 20 comunidades, constituindo o maior território indígena da Amazônia Oriental e também a maior porção de floresta preservada daquela região.

### **Sobre o cuidado do território: Quem ensina a quem?**

O cuidado com a floresta, chamado de conservação pela academia e outros setores sociais, baseia-se, entre outras coisas, em valores e relações profundas com os territórios: valores culturais, de uso, espirituais e políticos. Seus conhecimentos e suas práticas tradicionais lhes permitiram usar e cuidar do território ao mesmo tempo. Esses saberes e conceitos não são estáticos ou imutáveis; pelo contrário, evoluem com as culturas e se adaptam e respondem às necessidades emergentes. Dessa forma, por exemplo, o povo Ka'apor criou estratégias de monitoramento e autovigilância.

Não têm sido poucas as ameaças externas enfrentadas pelos Ka'apor. Ao longo dos anos, as invasões de seu território aumentaram, inclusive com funcionários públicos envolvidos em agressões, arrendamentos e uso de documentos falsos para apropriação indevida de território indígena. Diante disso, em 2012, parte significativa das lideranças das aldeias se uniu e passou a realizar ações de autovigilância. Eles estabeleceram pequenas comunidades nas estradas usadas pelos madeireiros, que mais tarde chamaram de áreas de proteção, ou *ka'a usak ha*, em seu idioma. Essa foi uma das experiências exitosas que neutralizou a agressão e invasão do território deles.

Em setembro de 2013, os indígenas criaram a primeira área de proteção no município de Centro Novo do Maranhão, onde decidiram, em dezembro daquele mesmo ano, retomar um sistema organizacional denominado *Tuxa Ta Pame* ou Conselho de Gestão Ka'apor. Trata-se de “uma forma de organização ancestral e coletiva do povo, que remonta e se referem aos antigos *Tuxa*, ou guerreiros, que deixaram marcas na história por terem lutado, dados a vida, mestres de saberes e cultura, estrategista em defesa do povo e da cultura”, explicaram os membros do Conselho em uma entrevista ao WRM. Nesse sistema não existem mandatários, chefes, caciques ou poder; as

decisões não estão centradas em um líder, e sim na comunidade, em grupos e coletivos. “Todos são importantes e possuem um protagonismo na defesa [do território]. Quando tem uma ação de Autodefesa vai o grupo, ninguém diz quem ‘mandou’ comandou, mas todos que se sentiram ameaçados vão para o enfrentamento”, observaram.

Também foi estabelecido o *Jupihu Katu Ha*, acordo de convivência Ka’apor, criado com o intuito de contribuir para a unidade e exercer uma governança coletiva e responsável. A organização criada em torno do *Tuxa Ta Pame* se baseia em decisões consensuais, horizontais e participativas.

É necessário destacar a relevância que essas decisões acarretam em termos de autonomia e soberania. As formas próprias e inclusivas de governo e organização, distanciadas de modelos como as democracias representativas, permitem que diferentes setores dos povos indígenas tenham voz e participação. Exemplo disso é a guarda de autodefesa Ka’apor, formada por famílias, mulheres, idosos, crianças e até animais domésticos. Todos têm uma responsabilidade e uma tarefa a cumprir. Ou seja, o território é pensado, vivido, usufruído, apropriado e defendido por todos.

Com o passar do tempo e com o aumento das agressões e ameaças, as ações de defesa territorial se ampliaram. Foram implementadas novas formas de proteção com autovigilância, e foi feito um mapeamento participativo dos ecossistemas bioculturais Ka’apor. Inclusive, foram adotadas e implementadas *agroflorestas sintrópicas*, um sistema agrícola e produtivo criado há algumas décadas, que imita a floresta em sua organização, principalmente para reduzir insumos externos, acumular e descartar energia. E tudo isso junto com ações solidárias na educação e na saúde.

Porém, à medida que aumentavam as ações de autovigilância, também aumentavam os ataques e assassinatos, nos quais estavam envolvidos madeireiros, fazendeiros, caçadores, comerciantes e políticos locais. Nos últimos dez anos, mais de 50 pessoas foram agredidas, duas comunidades foram invadidas e ocorreram em torno de 15 assassinatos.

Apesar de tudo isso, a floresta pela qual o povo Ka’apor cuida está praticamente intacta. Recentemente, atores estrangeiros que desconhecem esse território chegaram supostamente para ensinar as pessoas a fazer o que elas vêm fazendo há séculos – proteger o seu território –. Esses atores defendem que seja implementado um projeto de REDD. Mas quem deve aprender sobre a relação com a floresta e como cuidar dela? Elas realmente vieram com a intenção de cuidar dela?

## **A chegada da proposta de REDD e os impactos previstos**

No início de 2023, a empresa Wildlife Works e a ONG Forest Trends, ambas dos Estados Unidos, chegaram ao território com a proposta de implementar um projeto de REDD (Redução de Emissões causadas por Desmatamento e Degradação) para gerar e vender créditos de carbono. Elas chegaram sendo introduzidas por indígenas do estado do Pará.

Existe outra organização no território, a Associação Ka’apor Ta Hury do Rio Gurupi, que tem um cacique com quem a empresa e a ONG têm estabelecido maior comunicação. Essa associação, que

não representa a totalidade do povo indígena, afirma concordar com o projeto, que supostamente poderia melhorar sua qualidade de vida e proporcionar recursos para complementar as atividades de proteção. Atualmente, há um memorando de entendimento assinado, que é denunciado pelo *Tuxa Ta Pame* porque nem a empresa nem a ONG os ouviram no processo que levou à assinatura.

Assim como acontece em muitos outros territórios do mundo, onde se concentram as florestas mais bem protegidas e que são objeto de disputa por projetos de créditos de carbono – povos indígenas e comunidades locais sofrem os impactos. Só com o anúncio já são geradas disputas e divisões internas.

Os membros do povo que discordam da proposta se opõem a ela porque o projeto de REDD mercantiliza o modo de vida deles e aumenta os conflitos internos. Eles sabem disso em primeira mão, pois já passaram por experiência semelhante com um projeto de comercialização de madeira seca em seu território entre 2006 e 2013. Naquele caso, sentiram-se enganados pelo próprio Estado, pelo governo federal e até pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Esses atores os envolveram no projeto de comercialização que acabou deixando disputas, morte e sofrimento, uma experiência que eles não querem repetir (2). Infelizmente, a presença de atores externos e sua proposta de projeto já está gerando conflitos e tem aprofundado as divisões entre o povo Ka'apor.

Pelo teor da situação, já foi feita denúncia ao Ministério Público Federal (MPF), segundo o qual qualquer processo que implique consulta prévia exige diálogo com os dois grupos, e o consenso deve refletir um entendimento que seja bom para ambos. (3).

Beto Borges, representante da Forest Trends, quando lhe foi perguntado qual seria a posição da ONG caso não houvesse consenso entre o povo Ka'apor, afirmou que o projeto não deveria continuar, o que reflete a relevância do consenso em uma decisão dessa importância. Mas a resposta do representante da Wildlife Works, Lider Sucre, é bastante diferente, pois não dá importância ao consenso, e sim destaca a decisão coletiva: “Nunca haverá unanimidade absoluta. Num processo comunitário, há sempre diferentes pontos de vista. No final do processo, acataremos a decisão do grupo, seja a favor ou contra” (4). Isso remete imediatamente ao que esse representante entende por decisão coletiva, uma vez que já existe uma decisão de parte do coletivo, que rejeita o projeto.

Como normalmente é o modus operandi de organizações como a Forest Trends e a Wildlife Works, elas começaram a disseminar informações tendenciosas sobre REDD, ao mesmo tempo em que informações muito relevantes não foram socializadas. Por exemplo, as irregularidades, as denúncias e os impactos de outros projetos REDD onde a Wildlife Works está envolvido, no Quênia, República Democrática de Congo e Camboja. (5)

Em novembro de 2023, o jornal The Guardian (6) publicou um relatório baseado na investigação realizada pela Comissão de Direitos Humanos do Quênia e pela ONG SOMO (7), que relata a denúncia contra funcionários de alto escalão da empresa Wildlife Works no projeto Kasigau, naquele país, acusados de abuso e assédio sexual cometidos durante mais de uma década.

Homens ligados à empresa usavam sua posição para exigir sexo em troca de promoções e melhores tratamentos. A investigação levada a cabo por um escritório de advogados queniano encontrou provas de “comportamento profundamente inadequado e prejudicial” por parte de duas pessoas.

O próprio presidente da Wildlife Works, Mike Korchinsky, pediu desculpas pelo sofrimento causado e relatou que três pessoas foram suspensas, enfatizando que não se trata de um problema generalizado. A esse respeito, é necessário sublinhar que é muito comum minimizar o significado e dimensão dos abusos deste tipo de projeto (8) e insistir que os incidentes relatados se trata de casos isolados. No entanto, a repetição dos fatos ao longo do tempo sugere um caráter sistêmico.

O problema fundamental por trás destas situações gravíssimas é que os projetos de REDD são incentivados e promovidos como uma intervenção exclusivamente positiva para comunidades e territórios, sem mencionar o histórico de impactos negativos. Ou seja, informações essenciais – completas, verdadeiras e imparciais – ficam escondidas das pessoas que se deparam com a tomada de decisão sobre um projeto em seu território.

### **Qual tem sido a resposta do *Tuxa Ta Pame* do povo Ka’apor?**

Ao identificar a ameaça, o *Tuxa Ta Pame* determinou que era necessário buscar mais informações que permitissem uma compreensão abrangente do que é o mecanismo de REDD, como funciona, em que se baseia e quais seriam as suas implicações para a população e o território.

Após iniciarem seu próprio processo de investigação, os atores externos chegaram a apresentar uma explicação simplista e tendenciosa sobre o que é o REDD e a geração de créditos de carbono para financiar o projeto, que supostamente começaria a trazer benefícios simplesmente pela assinatura das listas de presença das reuniões. Mas o povo Ka’apor vem investigando, buscando outros pontos de vista e, sobretudo, conhecendo a experiência de outros povos com posição definida sobre o assunto, e assim chegou às suas próprias conclusões.

O conselho *Tuxa Ta Pame* e as comunidades organizadas em torno dele entendem o REDD como “um mecanismo capitalista de camuflar e manter o mundo poluído, os territórios ameaçados em sua autonomia. Por que transfere responsabilidade do poder público para o poder privado. Porque divide opiniões, monetariza os bens naturais. Sempre defendemos o território por que acreditamos que ele é a nossa vida. Nunca precisamos receber dinheiro para viver e proteger a floresta (9).

A partir dessa compreensão do que é o REDD, eles decidiram levar o tema para seus processos escolares e formativos, que acontecem em três núcleos de formação que orientam cinco centros de cultura e educação comunitária Ka’apor. O tema passou a fazer parte do conteúdo das atividades escolares e formativas, para as quais foram desenvolvidas cartilhas bilíngues de conhecimento. No final de 2023, já fazia sete meses que eles realizavam atividades de formação que deram origem à iniciativa de criar um protocolo comunitário autônomo Ka’apor, atualmente em construção.

O que é necessário, então, para que a floresta continue existindo?

É preciso garantir condições para que o povo Ka'apor permaneça no seu território, de forma segura e adequada, o que implica, entre outras coisas, respeitar suas próprias formas de organização política, de decisão e de gestão de seu território e seus meios de subsistência. Mais uma vez, deve-se ressaltar que projetos do tipo REDD que muitas vezes estão causando conflitos e impactos sem sequer estar aprovado ou em execução, são geralmente estabelecidos em áreas com bom estado de proteção de seus ecossistemas, como é o caso do Alto Turiaçu. Essas condições têm sido garantidas pelo povo Ka'apor, com base em seus conhecimentos, práticas, relacionamento com e de defesa do território, sem a necessidade de projetos externos nem de mecanismos de mercado que condicionem ou ordenem o que deve ser feito, segundo o que indicarem aqueles que promovem esses projetos e mecanismos.

Artigo elaborado pelo Secretariado do WRM, com base em entrevista realizada com membros do Conselho de Gestão Ka'apor *Tuxa Ta Pame*

- (1) Porter-Bolland L. et al, 2012. Land use, cover change, deforestation, protected areas, community forestry, tenure rights, tropical forests. *Forest ecology and management*. Vol 268:6-17
- (2) Video: [Intercept Brasil, Empresa americana alimenta conflito indígena para lucrar com reparação ambiental](#), 2023.
- (3) Article: [Intercept Brasil, Empresa americana alimenta conflito indígena para lucrar com reparação ambiental](#), 2023.
- (4) Idem 3
- (5) [REDD-Minus: the rethoric and reality of the Mai-N'dombe REDD+ Programme](#), 2020; [Fortress conservation in Wildlife Alliance's Southern Cardamom REDD+ Project: Evictions, violence, and burning people's homes](#). "We're proud of our work. The forest, the wildlife, you come to feel they're yours". 2021.
- (6) The Guardian, [Allegations of extensive sexual abuse at Kenyan offsetting project used by Shell and Netflix](#), November 2023.
- (7) SOMO, [Offsetting human rights. Sexual abuse and harassment at the Kasigau Corridor REDD+ Project in Kenya](#), November 2023.
- (8) WRM, [15 anos de REDD: Um esquema corrompido em sua essência](#), abril de 2022.
- (9) Entrevista com membros do Conselho de Gestão Ka'apor Tuxa Ta Pame.

## RECOMENDADOS

### **Povos Indígenas Isolados no Peru: Como o FSC está aplicando o manual das grandes empresas de petróleo**

Este artigo descreve como, ao longo de uma década, o Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council, FSC) vem certificando duas concessões madeireiras da empresa Maderera Canales Tahuamanu (MCT), na região de Madre de Dios, que inclui territórios de povos indígenas em “isolamento”, conhecidos como “Mashco-Piro”. A certificadora fez vista grossa para o fato de que o governo peruano não só não demarcou o território indígena como também deu à empresa dois contratos de concessão. A alegação do FSC, de que as concessões não fazem parte dos territórios Mashco-Piro, lembra o que certas empresas de petróleo e gás têm feito cada vez mais “na tentativa de defender suas operações em partes da remota Amazônia habitadas por Povos Indígenas em ‘isolamento’: alegar que eles não existem, que não há evidências sobre eles ou que eles não usam as áreas onde a empresa atua”. [Leia o artigo em inglês aqui.](#)

### **Brasil: a Articulação Agro é Fogo divulga dossiê**

A Articulação Agro é Fogo reúne movimentos, organizações e pastorais sociais que atuam há décadas na defesa da Amazônia, Cerrado e Pantanal e dos direitos de seus povos e comunidades. Seu objetivo é denunciar como a cadeia do AGRO utiliza o fogo de forma direta ou indiretamente associada a processos de desmatamento e grilagem, buscando promover e consolidar a expansão da fronteira agrícola. Nos anos recentes, a articulação produziu o Dossiê "Agro é Fogo: grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal". Uma ampla rede de colaboradores se envolveu de diversas formas, como: as lideranças dos territórios que trouxeram seus relatos dos conflitos; as fotógrafas e fotógrafos que cederam fotos de seus acervos; as e os cartógrafos e especialistas em geoprocessamento que organizaram mapas; e as pessoas que se engajaram na coautoria dos artigos. Este dossiê também fornece uma análise do que está acontecendo em ecossistemas compartilhados em países vizinhos, como o Paraguai e a Colômbia, e a relação com seus sistemas políticos. [Acesse aqui.](#)

### **Vozes indígenas da Amazônia**

É cada vez maior a produção de ferramentas audiovisuais, vídeos e podcasts na Amazônia, nos quais os Povos Indígenas falam sobre suas realidades e suas lutas de resistência.

Agenda Propia, por exemplo, é um coletivo formado principalmente por mulheres jornalistas que trabalham na região amazônica. No link que compartilhamos, você poderá ouvir oito histórias de Povos Indígenas da Amazônia venezuelana e da fronteira com a Colômbia, falando sobre sua realidade, como expulsão pelas atividades de mineração e conflitos com grupos armados, desmatamento, mas também sobre sua resistência, como a criação de guardiões de seus territórios. [Acesse os materiais aqui](#) (somente em espanhol). O coletivo Agenda Propia também produziu um especial sobre as mulheres em resistência na Amazônia colombiana. [Acesse aqui](#) (somente em espanhol).

Além disso, recomendamos novamente uma matéria e vídeos sobre o trabalho de jovens mulheres indígenas Munduruku no Brasil, que usam as redes sociais para conscientizar sobre invasões ilegais de seu território. Leia os artigos e assista aos vídeos, [em inglês aqui](#) ou [português aqui](#).

**Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte:  
Boletim 269 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Amazônia: Lutas  
comunitárias diante de velhas e novas ameaças" (<https://wrm.org.uy/pt/>)**

**[Assine o Boletim do WRM](#)**

***O Boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos  
para defender seus territórios e florestas.  
A assinatura é gratuita.***

Você perdeu a última edição do boletim do WRM  
***O golpe verde: opressão, conflitos e resistência"?***

[Acesse esta e todas as edições anteriores neste link](#)

Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)  
Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Secretaria Internacional do WRM  
Av. Bolívia 1962 Bis, CP 11500 Montevideo, Uruguai  
Tel/fax: +598 26056943  
[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)  
<http://wrm.org.uy/pt>